

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo TECAR, terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, que também foi transferido da CSN para a subsidiária Congonhas Minérios S.A., em 31 de dezembro de 2015. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços à siderurgia da CSN.

A partir de 30 de novembro de 2015 a Companhia transferiu seus negócios de minério de ferro, que incluem os estabelecimentos da mina e Casa de Pedra e do porto TECAR, para sua controlada Congonhas Minérios S.A. Nessa mesma data, passou a controlar os negócios da Namisa por meio de uma transação de combinação de negócios. O detalhamento da transação está descrito na nota 3.

As atividades de mineração englobam ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S. A. (“TLSA”) e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”),

que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

A nota 26 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, perda para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão sendo reapresentadas conforme nota 2.a.b., as quais foram aprovadas pela Administração em 14 de novembro de 2016.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem as seguintes controladas e

controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2015	31/12/2014	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp. (1)		100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A. (*)	100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A. (2)		100,00	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (*)	99,99	99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
Congonhas Minérios S.A	87,52	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A	89,79	88,41	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A	99,99		Serviços portuários
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	99,94	99,94	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	87,52	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	100,00	100,00	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S. A. (3)		100,00	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L. (4)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thüringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)	100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited	100,00	100,00	Representação Comercial
Namisa International Minérios SLU	87,52		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	87,52		Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH	87,52		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Asia Limited	87,52		Representação comercial
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation : consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A	50,00	50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture : equivalência patrimonial			
Nacional Minérios S.A. (5)		60,00	Mineração e participações societárias
MRS Logística S.A	18,64	27,27	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A	56,92	62,64	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture : equivalência patrimonial			
Namisa International Minérios SLU		60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.		60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH		60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A	18,63	6,00	Transporte ferroviário
Namisa Asia Limited		60,00	Representação comercial
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 9.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e classificadas como disponível para venda.

1. Empresa extinta em dezembro de 2015 em razão da fusão com a CSN Islands VII;
2. Empresa incorporada em maio de 2015;
3. Empresa Incorporada em novembro de 2015;
4. Nova razão social da CSN Steel Holdings 2, S.L.U., alterada em maio de 2015;
5. Empresa incorporada em dezembro de 2015 pela Congonhas Minérios S.A. (nota 9).

• Fundos Exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2015	31/12/2014	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
BB Steel - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00		Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

- **Transações e participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2015, US\$1 equivale a R\$3,9048 (R\$2,6562 em 31 de dezembro de 2014) e €\$ 1 equivale a R\$4,2504 (R\$3,2270 em 31 de dezembro de 2014).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subseqüentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.1) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam serviços de transporte ferroviário e portuário geridos por empresas controladas e joint-ventures. As concessões incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas se referem à malha ferroviária em operação no Nordeste, gerida pela controlada FTL, o terminal de containers em Itaguaí, gerido pela controlada TECON e o terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR, gerido pela controlada Congonhas.

Os contratos de concessão da Companhia não estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento.

Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Existem ativos relacionados às concessões que estão sujeitos a reversão ao poder concedente no fim do acordo de concessão. O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2015 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)	Classificação no balanço
Sepetiba Tecon S.A. (TECON)	244 milhões	Ativo Imobilizado Intangível: Software
Tecar	1.611 milhões	Ativo Imobilizado Intangível: Software
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)	263 milhões	Ativo Imobilizado Intangível: Software
Transnordestina Logística S.A. (TLSA)	7.001 milhões ⁽¹⁾	Investimento
MRS Logística S.A. (MRS)	3.679 milhões ⁽²⁾	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da TLSA. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento da TLSA em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.930.150.

(2) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da MRS. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento da MRS em 31 de dezembro de 2015 é de R\$556.505.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito

da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável em período inferior a 10 anos.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais

instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

- ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13 – Instrumentos Financeiros.

iii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

- **Atividades de *hedge* de fluxo de caixa**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “*Hedge Accounting*”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 13.

• Atividades de *hedge de investimento líquido*

A Companhia designa para o hedge de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de hedge de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois o vencimento dos passivos financeiros está relacionado à variação cambial dos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de hedge e os objetos protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que as operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “Hedge Accounting”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável. Se em algum momento da relação de hedge o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como receita/despesa financeira (inefetividade do hedge).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

As movimentações dos valores de hedge denominados como Hedge de investimento líquido estão demonstradas na nota 13.

2.x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 16 e IAS 38	“Ativo imobilizado” e “Ativos intangíveis” – em maio de 2014, foram revisadas as regras contábeis mencionadas, esclarecendo que o método baseado em receitas não será permitido para depreciação ou amortização.	2016
	“Demonstrações consolidadas” e “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto” – em setembro de 2014, foi emitida uma revisão propondo que o ganho ou	

IFRS 10 e IAS 28	perda como resultado da venda ou contribuição de uma subsidiária que não constitui um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua controlada ou controlada em conjunto é reconhecido apenas na participação dos investidores não relacionados na controlada ou controlada em conjunto.	2016
IFRS 7	"Instrumentos financeiros: Divulgação" – em setembro de 2014, o IASB revisou a regra IFRS 7, colocando um guia para decidir quando um contrato de serviço tem envolvimento contínuo e que os requerimentos de divulgação adicional não são especificamente para períodos interinos. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016.	2016
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	2018
IFRS 11	As alterações à IFRS 11 fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um "negócio" aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para a combinação de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido.	2016
IFRS15	"Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.	2018
IFRS16	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS17 – <i>Leases</i> e interpretações relacionadas.	2019

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

2.a.a) Reapresentação de saldos contábeis de 2014

A Companhia reclassificou os saldos de 2014 das operações de *forfaiting* e risco sacado com fornecedores comerciais originalmente apresentados no balanço patrimonial na rubrica fornecedores para empréstimos e financiamentos conforme abaixo:

a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Originalmente Publicado	Reclassificações	Balanço Ajustado	Originalmente Publicado	Reclassificações	Balanço Ajustado
Total do ativo	49.767.100		49.767.100	49.599.467		49.599.467
Fornecedores	1.638.505	(470.679)	1.167.826	1.390.311	(470.679)	919.632
Empréstimos e Financiamentos	29.883.379	470.679	30.354.058	29.090.147	470.679	29.560.826
Outros passivos	12.510.241		12.510.241	13.422.541		13.422.541
Total do passivo	44.032.125		44.032.125	43.902.999		43.902.999
Total do patrimônio líquido	5.734.975		5.734.975	5.696.468		5.696.468

• Forfaiting

Durante os exercícios de 2014 e 2015 a Companhia adquiriu matérias-primas de seus fornecedores no exterior através de uma operação denominada *Forfaiting*, pela qual a instituição financeira efetua o pagamento a vista ao exportador pelo valor líquido dos títulos (taxa de desconto e outras eventuais despesas já deduzidas), possibilitando a Companhia o financiamento da mercadoria importada às taxas de 1,25% até 3,28% a.a. com vencimento em 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015 este passivo correspondia a R\$288.772 no consolidado e na controladora (R\$414.442 em 31 de dezembro de 2014, consolidado e controladora).

• Risco Sacado

Durante os exercícios de 2014 e 2015 a Companhia realizou operações denominadas risco sacado, por meio das quais uma instituição financeira contratada pela Companhia antecipa aos fornecedores os títulos que lhe são devidos e recebe posteriormente da Companhia na data de vencimento dos títulos antecipados. Em 31 de dezembro de 2015 este passivo correspondia a R\$84.063 no consolidado e controladora (R\$56.237 em 31 de dezembro de 2014, consolidado e controladora).

b) Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014

A representação das demonstrações do fluxo de caixa está demonstrada a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Originalmente Publicado	Reclassificações	Balanço Ajustado	Originalmente Publicado	Reclassificações	Balanço Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(105.218)		(105.218)	(105.218)		(105.218)
Fornecedores	581.951	(362.598)	219.353	35.884	(362.598)	(326.714)
Juros pagos	(2.742.876)	(2.078)	(2.744.954)	(2.425.935)	(2.078)	(2.428.013)
Outros	3.454.528		3.454.528	3.308.361		3.308.361
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.188.385	(364.676)	823.709	813.092	(364.676)	448.416
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.657.743)		(1.657.743)	1.407.716		1.407.716
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Captação Forfaiting / Risco Sacado		641.430	641.430		641.430	641.430
Amortização Forfaiting / Risco Sacado		(276.754)	(276.754)		(276.754)	(276.754)
Outros	(896.015)		(896.015)	718.829		718.829
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(896.015)	364.676	(531.339)	718.829	364.676	1.083.505
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	55.722		55.722	132		132
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.309.651)		(1.309.651)	2.939.769		2.939.769

c) Demonstração do resultado do exercício e Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2014

A Companhia não apresentou os saldos dos demais demonstrativos contábeis de 2014 devido à alteração não ter efeitos materiais nesses quadros.

2.a.b) Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015

A Companhia está reapresentando de forma voluntária as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015 decorrente de mudança de interpretação na aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 15/ IFRS 3 em período posterior à publicação dessas demonstrações financeiras, conforme requer o pronunciamento contábil CPC23/IAS8.

A mudança de interpretação dos CPC/IFRS foi identificada em função da reavaliação dos eventos da combinação de negócios iniciadas a partir de questionamentos realizados pela *Securities Exchange Commission* (SEC) sobre o procedimento contábil de apresentação da rubrica de participação de acionistas não controladores da Congonhas Minérios nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme mencionado na Nota 3, em 30 de novembro de 2015 a Congonhas Minérios, adquiriu o controle da joint venture Nacional Minérios e aplicou o CPC15/IFRS3 para a contabilização da combinação de negócios, utilizando o método de aquisição.

A implementação jurídica da operação ocorreu em 30 de novembro de 2015 e se deu pela emissão primária de ações pela Congonhas Minérios com integralização, pelo Consórcio Asiático, de 40% de suas ações detidas de Namisa. Ato subsequente à integralização, Congonhas e CSN assinaram um acordo de acionistas da Namisa conferindo o controle unilateral da Namisa para a Congonhas nessa mesma data. Neste contexto, na sequência, a Namisa foi incorporada pela Congonhas, extinguindo o referido acordo de acionistas.

A aplicação do método de aquisição na combinação de negócios resultou em ganhos líquidos no montante de R\$ 2,9 bilhões na DRE da Congonhas, decorrentes da reavaliação da participação de 60% na Namisa ao valor justo e da eliminação das relações preexistentes decorrentes dos contratos operacionais da Namisa e Congonhas. Esses ganhos foram registrados integralmente na Congonhas, a adquirente para fins dessa combinação de negócios. Por outro lado, ao implementar a operação, a CSN havia registrado em suas demonstrações financeiras originalmente apresentadas, um ganho de R\$1,9 bilhão diretamente no patrimônio líquido decorrente de sua variação no percentual de participação, o qual está sendo ajustado para um ganho de R\$1,6 bilhão. Esses valores estão detalhados na nota 3.

O aspecto interpretativo da aplicação do CPC/IFRS nessa operação decorre do momento em que os ganhos são registrados e como esses ganhos são atribuídos entre os acionistas da Congonhas na data da aquisição. No procedimento contábil anterior, ainda que toda a transação tenha ocorrido em uma única data, os atos societários seguiram uma ordem específica na qual a Companhia baseou a sua interpretação para a atribuição dos ganhos originados da combinação de negócios aos acionistas controladores e não controladores.

Neste contexto, a Congonhas teria admitido o Consórcio Asiático em sua base acionária antes da aquisição do controle da Namisa, razão pela qual os ganhos da combinação de negócios foram atribuídos aos seus acionistas considerando a participação proporcional na base acionária da Congonhas, ou seja, 87,52% para a CSN e 12,48% para o Consórcio Asiático. De acordo com a nova interpretação dos eventos ocorridos em 30 de novembro de 2015, os ganhos da combinação de negócios foram registrados na Congonhas antes da admissão do Consórcio Asiático na base acionária da Congonhas e, por esta razão, esses ganhos estão sendo atribuídos exclusivamente ao acionista CSN.

O quadro a seguir resume a alteração da abordagem:

Procedimento anterior: Ganhos da combinação após entrada do Consórcio



Novo procedimento: Ganhos da combinação antes da entrada do Consórcio



Dessa forma, ao reinterpretar a implementação da operação, tem-se que os ganhos da combinação de negócios sejam apresentados da seguinte maneira:

• Demonstração do Resultado

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2015			31/12/2015		
	Apresentado Originalmente	Reclassificações	Reapresentação	Apresentado Originalmente	Reclassificações	Reapresentação
Resultado de equivalência patrimonial	1.160.348		1.160.348	5.968.872	359.897	6.328.769
Lucro líquido do exercício	1.615.951		1.615.951	1.257.896	359.897	1.617.793
Atribuível a:						
Participação dos acionistas controladores	1.257.896	359.897	1.617.793	1.257.896	359.897	1.617.793
Participação dos acionistas não controladores	358.055	(359.897)	(1.842)			

• Patrimônio Líquido

	31/12/2015		
	Apresentado Originalmente	Reclassificações	Reapresentação
Capital social	4.540.000		4.540.000
Reserva de capital	30		30
Reservas de lucros	2.104.804	359.897	2.464.701
Reserva Legal	424.536	17.995	442.531
Reserva Estatutária	1.895.494	256.426	2.151.920
Reserva de Lucros a Realizar	23.750	85.476	109.226
Ações em Tesouraria	(238.976)		(238.976)
Resultados abrangentes	1.019.913	(359.897)	660.016
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	7.664.747		7.664.747
Participação não controladores	1.070.916		1.070.916
Patrimônio Líquido Total	8.735.663		8.735.663

A reapresentação acima não altera os resultados consolidados da Companhia, bem como não altera seu patrimônio líquido, sendo apenas uma realocação entre as linhas.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - Aquisição do controle da Nacional Minérios S.A. - Namisa

3.1 Objeto da transação

Em 11 dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com um Consórcio Asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Ltd., Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. ("Consórcio Asiático").

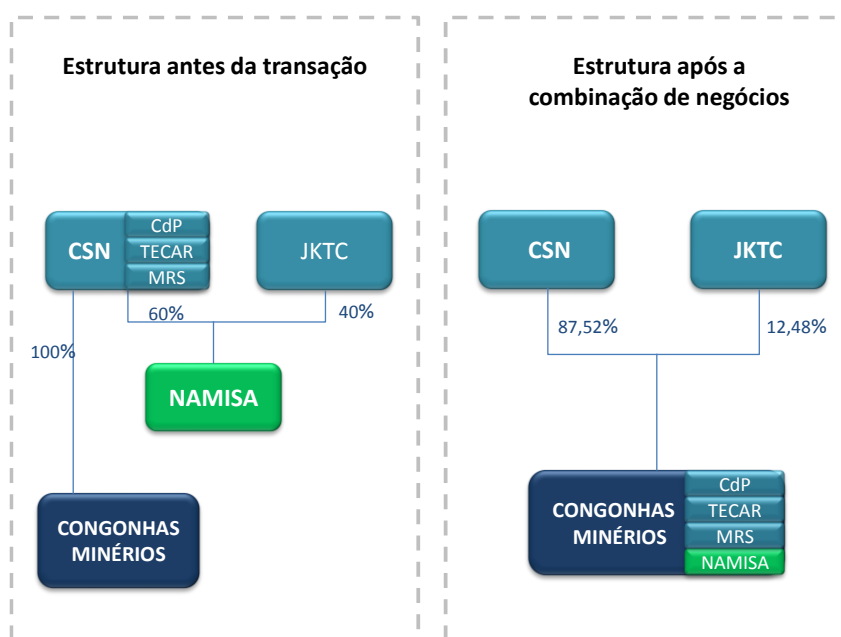
A transação consiste em uma combinação de negócios por meio da qual o Consórcio Asiático contribuiu sua participação de 40% na Namisa para a empresa Congonhas Minérios S.A. ("Congonhas"), uma subsidiária de mineração da CSN. Após uma reorganização societária, a Congonhas passou a deter o estabelecimento comercial relativo à mina de minério de ferro Casa de Pedra, a participação de 60% na Namisa, 8,63% de participação direta na MRS, bem como o estabelecimento comercial relativo ao terminal portuário de importação de carvão e exportação de minério em Itaguaí – TECAR.

A transação foi concluída por meio da assinatura de um novo Acordo de Acionistas da Congonhas em 30 de novembro de 2015.

As seguintes etapas foram realizadas para a conclusão da transação:

- Pagamento de dividendos pela Namisa no valor de US\$1,4 bilhão, equivalentes a R\$5,4 bilhões pagos antes do fechamento da transação;
- Reestruturação da Congonhas com a transferência dos ativos e passivos da CSN relativos à Casa de Pedra, TECAR, incluindo os passivos relacionados ao estabelecimento comercial, 60% das ações da Namisa, 8,63% de ações da MRS e US\$850 milhões em dívidas pela CSN, equivalentes a R\$ 3.370 milhões, conforme divulgado na nota 9 c;
- Aquisição pela Congonhas de 40% das ações da Namisa detidas pelo Consórcio Asiático, com a incorporação desta pela Congonhas;
- Assinatura do novo Acordo de Acionistas da Congonhas;
- Pagamento pela CSN de US\$680 milhões relativos à aquisição de 4% das ações detidas pelo Consórcio Asiático na Congonhas e US\$27 milhões adicionais relativos à aquisição de 0,16% das ações também detidas pelo Consórcio Asiático na Congonhas, totalizando US\$707 milhões, equivalentes a R\$2,7 bilhões; e
- Liquidação dos contratos preexistentes com a Namisa de fornecimento de ROM (alta e baixa sílica), serviços portuários e beneficiamento de minério.

A nova estrutura societária após a transação pode ser demonstrada conforme a seguir:



Considerando a posição dos ativos da Congonhas, os aportes do Consórcio Asiático na transação, bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro, a CSN e o Consórcio Asiático detiveram, respectivamente, 87,52% e 12,48% do capital social da Congonhas Minérios ao final da transação.

A transação também inclui um mecanismo de “*earn-out*”, o qual, no caso de um evento de liquidez qualificado que ocorra dentro de determinados parâmetros de valoração e dentro de um período de tempo acordado após o fechamento da operação poderia diluir, a critério exclusivo da CSN, a participação do Consórcio Asiático na Congonhas Minérios de 12,48% até 8,21%. Esse mecanismo foi considerado como ativo contingente e não foi contabilizado qualquer ativo relacionado.

Uma parte da produção de minério de ferro da Congonhas Minérios será vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a CSN. Esses direitos estão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados em 30 de novembro de 2015 cujos termos foram negociados em condições usuais de mercado. A Companhia também assegurou a utilização do TECAR para importação de matérias primas através da celebração de contrato de longo prazo.

3.2 Aplicação do CPC15/IFRS3 à transação

Anteriormente à transação, a Namisa era administrada por meio de acordo de acionistas, sendo que o Consórcio Asiático possuía vetos suficientes que lhe conferiam direitos substantivos na gestão das operações. A Namisa era classificada contabilmente como *joint venture* dentro do escopo do IFRS 10 e 11. A CSN registrava sua participação de 60% na Namisa pelo método da equivalência patrimonial.

Como já mencionado, a CSN procedeu a uma reestruturação societária transferindo suas operações de mineração, direitos de operar o terminal portuário do TECAR e participações na Namisa e na MRS para a Congonhas. Essa etapa da transação foi realizada pelos valores contábeis, pois não houve alteração do controle dos ativos e participações transferidas. A partir da reestruturação, a Congonhas passou a ser a empresa da CSN que concentra os negócios de mineração do Grupo.

Como resultado, a Namisa passou a ser controlada integralmente pela Congonhas e o Consórcio Asiático passou a deter apenas vetos protetivos em relação aos ativos resultantes da combinação de negócios, usuais nesse tipo de transação.

Com a alteração no controle dos ativos da Namisa, o CPC15/IFRS3 deve ser aplicado. De acordo com os parâmetros dessa regra contábil, a data de aquisição para fins dos registros contábeis foi 30 de novembro de 2015: data em que passou a vigor o novo acordo de acionistas da Congonhas. A Congonhas foi considerada a adquirente e a Namisa foi a empresa adquirida.

3.3 Aplicação do método de aquisição

De acordo com o CPC15/IFRS3, deve ser aplicado o método de aquisição para o registro contábil da transação. O método consiste em:

- a) determinar o preço de compra;
- b) reconhecer o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura; e
- c) reconhecer um ganho ou perda em relações preexistentes que vierem a ser liquidadas com a combinação de negócios.

Na aquisição do controle da Namisa essas 3 etapas são aplicáveis e são detalhadas a seguir.

a) Determinação do preço de compra

De acordo com o CPC15/IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	R\$ (Milhões)	Referência
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de USD707MM.	2.727	(i)
Passivos assumidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida.	6	(i)
Participações societárias emitidas	A Congonhas emitiu ações que foram entregues ao Consórcio Asiático.	2.619	(ii)
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	A Congonhas detinha 60% das ações da Namisa antes da combinação de negócios e realizou a sua avaliação ao valor justo.	8.023	(iii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		13.375	

i. Ativos transferidos e passivos assumidos

A transação incluiu um pagamento para a aquisição de 4,16% das ações da Congonhas detidas pelo Consórcio Asiático no valor de US\$707 milhões, equivalentes a R\$2.727 em 30 de novembro de 2015 e um passivo no montante de R\$6, a ser pago ao longo de 2016.

Muito embora esse pagamento tenha sido realizado pela CSN para a aquisição de 4,16% das ações da Congonhas detidas pelo Consórcio Asiático, seu efeito econômico foi registrado na Congonhas como parte integrante da contraprestação para a aquisição do controle da Namisa, de acordo com as orientações fornecidas pelo parágrafo B50 do CPC15/IFRS3.

ii. Participações societárias emitidas – Ações da Congonhas Minérios

A Congonhas realizou a emissão primária de ações para entrega ao Consórcio Asiático representativas de 12,48% do seu capital total. De acordo com o CPC15/IFRS3, essas ações foram avaliadas ao seu valor justo na data da aquisição.

Essa avaliação foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado considerando os planos de negócios aprovados pelos acionistas da Congonhas. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	Dados
Volumes de minério de ferro	60Mt/ano no longo prazo
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75
Taxa de desconto	WACC nominal de 13,91%
Valor justo em 30 de novembro de 2015 (equity value)	R\$ 20.988 milhões
Quantidade de ações detidas pelo Consórcio após aquisição dos 4,16%	12,48%
Valor justo atribuído às ações emitidas	R\$ 2.619 milhões

O valor justo da Congonhas foi apurado por avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação.

iii. Participação de 60% na Namisa detida anteriormente à aquisição

A Congonhas detinha 60% das ações da Namisa imediatamente antes da transação de aquisição do controle ser concluída. Essas ações eram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o item 41 do CPC15/IFRS3, essas ações fazem parte da contraprestação transferida e devem ser mensuradas pelo valor justo na data da aquisição. Deve ser reconhecido no resultado do período um ganho ou uma perda resultante da diferença entre o valor justo e o valor contabilmente registrado imediatamente antes da aquisição.

A avaliação do valor justo da Namisa foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando os planos de negócios vigentes anteriormente à transação e aprovados pelos acionistas. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	Dados
Volumes de minério de ferro	40Mt/ano no longo prazo
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75
Taxa de desconto	WACC nominal de 14,36%
Valor justo em 30 de novembro de 2015 (equity value)	R\$ 13.375 milhões
Valor justo atribuído aos 60%	R\$ 8.023 milhões
Eliminação de 60% do ganho na relação preexistente ¹	R\$ 933 milhões
Valor justo após a eliminação da relação preexistente (a)	R\$ 8.956 milhões
Valor contábil em 30 de novembro de 2015 (60%) (b)	R\$ 6.164 milhões
Ganho na avaliação dos 60% ao valor justo (a)-(b)	R\$ 2.792 milhões

- De acordo com o item b(i) abaixo, os ativos da Namisa relacionados aos contratos preexistentes foram ajustados pelo valor de mercado na data da aquisição. A apresentação do ganho na avaliação da participação inicial ao valor justo considera a eliminação de 60% do ganho na liquidação da relação preexistente.

O valor justo da Congonhas foi apurado por avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação.

b) Ágio na aquisição do controle da Namisa

De acordo com o item 32 do CPC15/IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (*Purchase Price Allocation – PPA*). A transação gerou *goodwill* de R\$3.691 milhões, conforme quadro a seguir.

Item	R\$ (Milhões)	Referência
Preço de compra considerado	13.375	Item (a)
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	9.684	(i)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota 11)	3.691	

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC04. A partir de 2016, a CSN passará a realizar o teste de recuperabilidade deste ativo de acordo com os requisitos do CPC01.

(i) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo para 100% dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de novembro de 2015, calculados com base em laudos de avaliadores independentes.

	Valores	Ajustes de	(-) Baixa de ágio	Consolidado
	contábeis	valor justo	registrado na Namisa	Valor justo total
Ativo Circulante	1.287.126			1.287.126
Caixa e equivalentes de caixa	783.256			783.256
Contas a receber de clientes	253.216			253.216
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	113.847			113.847
Outros ativos	136.807			136.807
Ativo Não Circulante	10.894.866	(189.319)	(578.531)	10.127.016
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	9.310.901	(1.554.121)		7.756.780
Outros ativos	144.982			144.982
Ações da MRS - 10%	306.190	480.610		786.800
Imobilizado	550.825	156.271		707.096
Intangível	581.968	727.921	(578.531)	731.358
Total dos ativos adquiridos	12.181.992	(189.319)	(578.531)	11.414.142
Passivo Circulante	1.640.873			1.640.873
Empréstimos e Financiamentos	4.680			4.680
Fornecedores	29.037			29.037
Impostos a recolher	296.911			296.911
Dividendos propostos (US\$ 300 milhões)	1.156.800			1.156.800
Outras contas a pagar	153.445			153.445
Passivo Não Circulante	266.224	19.402	(196.700)	88.926
Empréstimos e Financiamentos	25.307			25.307
Provisão para contingência	7.486			7.486
Impostos (diferidos e parcelados)	215.783	19.402	(196.700)	38.485
Outras contas a pagar	17.648			17.648
Total dos passivos assumidos	1.907.097	19.402	(196.700)	1.729.799
Patrimônio Líquido Adquirido	10.274.895	(208.721)	(381.831)	9.684.343

De acordo com o CPC15/IFRS3, o ágio por expectativa de rentabilidade futura existente das demonstrações contábeis da Namisa na data da aquisição deve ser baixado para que um novo ágio seja reconhecido.

A alocação do valor justo resultou em uma menos valia no valor total de R\$208.721, distribuída entre os principais ativos da Namisa. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração:

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Participação na MRS - 10%	Fluxo de caixa descontado da entidade considerando o plano de negócios de longo prazo aprovado pelos acionistas.	306.190	480.610	786.800
Contrato de venda de ROM, prestação de serviços portuários e beneficiamento de minério entre Namisa e Congonhas	Foram comparados os preços contratuais com os preços de mercado de minério e serviços portuários observando-se transações históricas de compra e venda comparáveis no mercado, ajustadas pela variação do Platts projetada ao longo do período de realização do contrato. Com base no volume contratual, a diferença entre o resultado projetado nos termos do contrato e nas condições de mercado gera uma menos valia.	9.424.748	(1.554.121)	7.870.627
Ativos imobilizados	Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por benfeitorias construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 10.	550.825	156.271	707.096
Direitos Minerários (Mina do Engenho, Fernandinho, Cayman)	Foi utilizada a abordagem de renda (income approach) pela metodologia de rentabilidade excedente em períodos múltiplos, devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado. Através desta metodologia, o valor dos direitos minerários é estimado com base em sua rentabilidade futura, descontado todos os custos e investimentos que seriam necessários para extração e beneficiamento do minério de ferro ao valor de mercado. Esses direitos serão amortizados de acordo com a exaustão das minas.		726.390	726.390
Relacionamento com fornecedor - Contrato de compra de minério de ferro	Para o cálculo do contrato com a Itaminas a valor justo foi utilizada a abordagem da renda (income approach), comparando os fluxos de caixa futuros gerados pela operação em dois cenários, através do contrato e das condições de mercado.		1.531	1.531
IR/CS diferidos			(19.402)	(19.402)
		10.281.763	(208.721)	10.073.042

c) Liquidação de relação pré-existente entre Congonhas e Namisa

O CPC15/IFRS3 determina que o aumento ou redução do valor justo decorrente de uma vantagem ou desvantagem em transação entre a adquirente e adquirida deve ser eliminado com o reconhecimento de um ganho ou uma perda no resultado do período na data da transação. Esses ativos ou relacionamentos são denominados como relação preexistente no contexto do CPC 15/IFRS3.

A Congonhas e a Namisa possuíam relacionamento preexistente decorrente de contratos de beneficiamento de minério, contratos para prestação de serviços de operação portuária e de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM). Com a combinação de negócios esses contratos foram extintos uma vez que as atividades de mineração da CSN passaram a ser centralizadas na Congonhas.

De acordo com os itens B52 e B53 do CPC15/IFRS3, em função da combinação de negócios entre a Congonhas e a Namisa ter liquidado os contratos preexistentes, a Congonhas registrou um ganho no resultado do exercício na rubrica de outras receitas e despesas operacionais no valor de R\$621.648 relativo à parcela de 40% da participação do Consórcio Asiático nos contratos preexistentes.

3.4 Efeitos reflexos na CSN Controladora – Transação entre sócios registrada no patrimônio líquido

Conforme mencionado anteriormente, a Congonhas foi considerada a adquirente para fins da aplicação do CPC15/IFRS3. Como resultado da conclusão da transação, houve uma mudança na participação societária da CSN na Congonhas que não resultou na perda do controle da Congonhas pela CSN, que passou de uma participação de 100% para 87,52%. De acordo com o CPC36/IFRS10, essa alteração deve ser classificada como transação patrimonial e o ganho ou perda resultante no novo valor da participação deve ser registrado diretamente no patrimônio líquido. Em função dessa variação percentual, foi registrado um ganho no valor de R\$1.585 milhões. O quadro a seguir demonstra a reconciliação desse montante:

Eventos	R\$ (Milhões)
	Reapresentado
Contribuição ao capital da Congonhas realizado pelo Consórcio - item (a)	2.619
Participação da CSN - 87,52% (1)	2.292
Aquisição pela CSN dos 4,16% - item (a)	2.727
Participação do Consórcio - 12,48% (2)	(340)
Outros efeitos decorrentes da reorganização societária (3)	(7)
Ajuste de variação do % de participação (4)	(360)
Total do ganho na transação entre acionistas (1+2+3+4)	1.585

3.5 Resumo dos impactos contábeis

A tabela a seguir demonstra o impacto total da combinação de negócios descrita anteriormente no resultado e patrimônio da Companhia:

Eventos	R\$ (Milhões)	
	Reapresentado	
	Efeito Contábil	
	DRE	PL
Ganho na avaliação dos 60% de participação na Namisa ao valor justo - item 3.3 (a) iii	2.792	2.792
Ganho na liquidação das relações preexistentes - item 3.3 (c)	621	621
Ganho na combinação de negócios antes do IR/CSLL (Nota 24)	3.413	3.413
IR/CSLL diferidos sobre o ganhos registrados	(528)	(528)
Ganho na transação entre acionistas - item 3.4		1.585
Impacto total da combinação de negócios	2.885	4.470

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	434.014	192.595	37.003	14.638
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	165.520	246.407	164.311	205.304
Títulos privados	945.420	486.730	570.284	264.500
	1.110.940	733.137	734.595	469.804
No Exterior:				
Time Deposits	6.316.098	7.760.289	1.113.601	2.661.951
Total das Aplicações Financeiras	7.427.038	8.493.426	1.848.196	3.131.755
Caixa e equivalentes de caixa	7.861.052	8.686.021	1.885.199	3.146.393

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas com as demonstrações financeiras, consolidadas e controladora, da Companhia. Os fundos incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM, BB Gestão de Recursos DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas.

Uma parcela significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos considerados pela Administração como de primeira linha e são remuneradas a taxas pré fixadas.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia mantém aplicações financeiras em títulos Públicos e Privados administrados por seus fundos exclusivos que foram vinculados como garantia dos contratos de Futuros de Taxa de Câmbio de Reais para Dólar Comercial negociados na BM&FBovespa no período e detalhados na nota 13(b). O saldo contábil dessas aplicações financeiras monta a R\$763.599 em 31 de dezembro de 2015. Essas aplicações possuem rendimento pré-fixado e liquidez imediata.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	772.617	861.518	425.108	548.417
Mercado externo	818.562	762.935	250.588	87.668
	1.591.179	1.624.453	675.696	636.085
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(151.733)	(127.223)	(112.502)	(93.536)
	1.439.446	1.497.230	563.194	542.549
Partes Relacionadas (Nota 19 - b)	61.366	153.737	1.140.172	969.343
	1.500.812	1.650.967	1.703.366	1.511.892
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (Nota 19 - b) (*)	27.817	59.470	737.668	67.553
Débitos de empregados	40.190	32.743	24.465	22.977
Outros créditos	9.458	9.876	2.024	2.076
	77.465	102.089	764.157	92.606
	1.578.277	1.753.056	2.467.523	1.604.498

(*) Refere-se principalmente a dividendos a receber da Congonhas Minérios no valor de R\$694.080 a serem pagos em 30 de novembro de 2016.

De acordo com a política comercial interna, a Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$232.275 em 31 de dezembro de 2015 (R\$264.411 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das contas a receber.

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	1.049.033	1.284.824	423.801	464.322
Vencidos até 180 dias	353.443	236.843	118.488	90.612
Vencidos acima de 180 dias	188.703	102.786	133.407	81.151
	1.591.179	1.624.453	675.696	636.085

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(127.223)	(114.172)	(93.536)	(88.518)
Perdas estimadas	(35.631)	(25.305)	(26.288)	(15.915)
Recuperação de créditos	11.121	12.254	4.504	10.897
Saldo oriundo incorporação			2.818	
Saldo final	(151.733)	(127.223)	(112.502)	(93.536)

7. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	1.912.868	1.270.182	1.078.554	794.223
Produtos em elaboração	1.007.630	858.811	746.614	733.759
Matérias-primas	1.062.557	1.006.620	563.119	621.450
Almoxarifado	962.078	949.062	489.816	825.983
Minério de ferro	95.461	147.699	6.912	147.699
Adiantamento a fornecedores	12.147	2.329	6.191	1.741
(-) Perdas estimadas	(111.427)	(112.581)	(40.462)	(88.056)
	4.941.314	4.122.122	2.850.744	3.036.799

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(112.581)	(102.185)	(88.056)	(83.426)
Reversão/(Perdas) estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (nota 24)	1.154	(10.396)	15.835	(4.630)
Cisão de ativos para Congonhas			31.759	
Saldo final	(111.427)	(112.581)	(40.462)	(88.056)

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais (Nota 17)			328.542	288.804			263.046	239.902
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾			87.761	81.792			87.761	81.792
Tributos a recuperar ⁽²⁾	996.679	598.497	445.926	155.616	702.722	453.258	245.833	88.046
Despesas Antecipadas	119.456	36.226	28.119	33.323	19.440	24.151	4.500	15.620
Ativo Atuarial - Parte Relacionada (Nota 19 b)			114.433	97.173			112.660	96.914
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13 I)	118.592	174.611						
Fundos exclusivos ⁽³⁾					110.075	144.018		
Títulos para negociação (Nota 13 I)	10.778	13.798			10.659	9.451		
Estoque minério de ferro ⁽⁴⁾			144.499	144.483				144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			10.888	8.452			8.452	8.452
Outros títulos a receber (Nota 13 I)			6.877	1.347			1.439	1.450
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 19 b)		517.493	373.214	117.357		106.218	239.930	52.619
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 19 b)	9.420	15.780	29.020	7.037	32.479	168.035	303.441	329.330
Outros	31.524	17.898	14.642	12.036			14.408	11.770
	1.286.449	1.374.303	1.583.921	947.420	875.375	905.131	1.281.470	1.070.378

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009.

2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. A variação no ano decorre de reconhecimento de créditos extemporâneos no ano 2015. A Companhia realizou uma avaliação de seus créditos e espera recuperar nos próximos exercícios.

3. Refere-se a operações com derivativos administrados pelos fundos exclusivos.

4. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 2º semestre de 2017. Em 30 de novembro de 2015, a CSN transferiu o estoque para Congonhas no âmbito da combinação de negócios descrita na nota 3.

9. INVESTIMENTOS

• Plano de desalavancagem

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos e entende que uma parte desses ativos poderá ser vendida no período de 12 meses contados a partir de 31 de dezembro de 2015, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro desse período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

9.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

			31/12/2015				31/12/2015								
Empresas	Quantidade de ações		%	Participação no			%	Participação no			Lucro líquido (prejuízo) do exercício				
	detidas pela CSN (em unidades)			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Participação	Ativo	Passivo		Patrimônio líquido			
	Ordinárias	Preferenciais											Participação direta		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial															
Controladas															
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.877.792	7.837.793	39.999	486.635	100,00	7.214.810	7.568.331	(353.521)	341.699			
CSN Islands VIII Corp.	(*)											(83)			
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	2.329		2.329	409	100,00	1.113.075	1.111.155	1920	(48)			
CSN Islands X Corp.	(**)						(31.501)	100,00	20	61.633	(61.613)	(8.821)			
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	3.179.151	3.157.160	21.991	13.548	100,00	2.236.207	2.227.764	8.443	503			
CSN Islands XII Corp.	1540		100,00	2.815.700	3.910.786	(1.095.086)	(437.263)	100,00	2.000.851	2.658.674	(657.823)	(182.508)			
CSN Minerals S.L.U.	3.500		100,00	5.644.572	1.265	5.643.307	1.507.307	100,00	4.151.169	15.169	4.136.000	(6.274)			
CSN Export Europe, S.L.U.	3.500		100,00	1.397.512	9.373	1.388.139	460.291	100,00	930.973	3.125	927.848	99.302			
CSN Metals S.L.U.	16.504.020		100,00	1.220.413	6.620	1.213.793	399.040	100,00	846.160	31.408	844.752	123.816			
CSN Americas S.L.U.	3.500		100,00	2.139.488	2.729	2.136.759	415.750	100,00	1.588.221	23.490	1.564.731	15.298			
CSN Steel S.L.U.	22.042.688		100,00	2.866.164	1.856.613	1.009.546	(319.636)	100,00	2.152.431	1.274.343	878.088	(27.014)			
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	391.889	130.650	261.239	33.170	99,99	358.321	122.778	235.543	21.509			
Mineração Nacional S.A.	65.020.211		99,99	500.519	159.689	340.830	(1.807)	99,99	1.097	22	1.075	82			
Estanho de Rondônia S.A.	51.665.047		99,99	32.028	20.565	11.463	(9.615)	99,99	35.101	14.023	21.078	(10.530)			
Cia Metalic Nordeste	92.459.582		99,99	172.283	42.207	130.076	1911	99,99	187.571	34.849	152.722	11.606			
Companhia Metalúrgica Prada	313.651.399		99,99	734.570	521.637	212.933	(309.447)	99,99	618.212	427.701	190.511	(117.626)			
CSN Cimentos S.A.	(***)						20.012	100,00	1.088.997	64.652	1.024.345	93.161			
Congonhas Minérios S.A.	158.419.480		87,52	13.398.365	6.148.268	7.250.097	2.878.737	99,99	1.996.460	2.012.062	(15.602)	(7.419)			
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	13.316	27.471	59.845	15.307	99,99	73.569	14.299	59.270	79.703			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	353.190.644		89,79	513.711	183.767	329.944	(8.839)	88,41	566.259	272.513	293.746	(8.834)			
Companhia Florestal do Brasil	35.454.849		99,99	32.242		32.242	(1.921)	99,99	29.471	8.495	20.976	(76)			
Nordeste Logística	99.999		99,99	100		100									
Joint-venture e Joint-operation															
Nacional Minérios S.A.	(***)						1.156.468	60,00	10.113.587	642.561	9.471.026	673.060			
Ita Energética S.A.	253.606.846		48,75	302.956	17.470	285.486	6.814	48,75	316.345	14.618	301.727	2.109			
MRS Logística S.A.	26.611.282	2.673.312	16,64	1.502.463	945.958	556.505	78.684	27,27	1.959.145	1.182.454	776.691	113.458			
CBIS - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	15.593	15.091	502	(2.979)	50,00	18.678	15.196	3.482	575			
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50.000		50,00	50.574	39.972	10.602	8.084	50,00	61.689	55.129	6.560	13.000			
Transnordestina Logística S.A.	22.761.085	1.397.545	56,92	4.229.494	2.958.449	1.271.045	(31.137)	62,64	4.115.120	2.818.184	1.296.936	(27.455)			
Fair Value alocado à TLSA na perda de controle						659.105					659.105				
Coligada															
Arvedi Metalfer do Brasil	27.239.971		20,00	54.402	53.363	1.039	(15.690)	20,00	60.101	44.429	15.672	(5.103)			
				49.161.626	28.046.901	21.773.830	6.313.332			43.833.640	22.719.057	21.773.688	1.176.990		
Classificados como disponível para venda															
Usiminas						450.073							1.340.896		
Panatlântica						21.601							31.589		
				471.674									1.372.485		
Outros Investimentos															
Lucros nos estoques de controladas						(82.042)	18.580						(100.622)	(77.332)	
Outros						65.017	(3.143)						65.019	(14.15)	
				(17.025)				15.437						(35.603)	(78.747)
Total dos investimentos				22.228.479				6.328.769						23.110.570	1.098.243
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial															
Investimentos no ativo						23.323.565	24.199.129								
Investimentos com passivo a descoberto						(1.095.086)	(1.088.559)								
				22.228.479									23.110.570		

(*) Empresa liquidada em 2014;
 (**) Empresa liquidada em 2015;
 (***) Empresas incorporadas em 2015.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

9.b) Incorporação de controladas e cisão de ativos

Em 2015 ocorreram operações de incorporações de controladas, *drop down* de estabelecimentos comerciais e cisão de ativos que impactaram as demonstrações financeiras conforme abaixo:

	CSN Cimentos ⁽¹⁾	Casa de Pedra e Tecar ⁽²⁾	Namisa ⁽³⁾	Mineração Nacional ⁽⁴⁾
	01/05/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	129.745		213.355	
Contas a receber	433.542	650.716	193.612	
Estoques	21.814	497.357	61.513	19.026
Dividendos a receber			1.344.829	
Tributos diferidos	29.042	73.436		
Adiantamentos a fornecedores		14.470	9.414.947	
Outros ativos circulantes e não circulantes	21.452	229.841	173.273	7.838
Investimentos	93.564	6.173.113	344.698	
Imobilizado e Intangível	397.570	5.932.597	1.091.498	41.848
Empréstimos e financiamentos		(3.257.338)	(1.257.299)	
Adiantamento a clientes		(9.414.946)		
Fornecedores	(30.180)	(323.995)	(41.076)	(541)
Dividendos propostos			(1.156.800)	
Tributos diferidos			(143.146)	
Tributos a recolher	(10.625)	(25.550)	(141.959)	
Outros passivos circulantes e não circulantes	(24.919)	(392.978)	(209.826)	(9.133)
Acervo Líquido	1.061.005	156.723	9.887.619	59.038

1. Incorporação da controlada CSN Cimentos conforme mencionado na nota 9.d;
2. Trespasse dos estabelecimentos comerciais de Mineração da CSN relativos à Casa de Pedra, TECAR, 60% das ações da Namisa e 8,63% de ações da MRS para a controlada Congonhas Minérios, conforme mencionado na nota 3;
3. Incorporação da Namisa pela controlada Congonhas Minérios conforme mencionado na nota 3;
4. Cisão de ativos da Namisa para Mineração Nacional em complemento a reestruturação das atividades de mineração da Companhia mencionada na nota 3. Além dos valores contábeis da cisão mencionados acima, foram atribuídos valores justos para os direitos minerários cindidos no valor de R\$427 milhões, R\$282 líquido do IR/CSLL diferidos.

9.c) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014
Saldo inicial dos investimentos	13.665.453	13.487.023	24.199.129	27.005.592
Saldo inicial de provisão para perdas			(1.088.559)	(1.231.511)
Saldo investimento Namisa 30.11.15 ⁽¹⁾	(10.160.981)			
Aumento de capital / aquisições ações ⁽²⁾	3.575	10.279	490.842	93.960
Aquisição 4,16% da Congonhas Minérios			2.732.605	
Redução de capital ⁽³⁾	(466.758)		(546.796)	(3.120.344)
Dividendos ⁽⁴⁾	(54.464)	395.307	(3.985.128)	275.731
Resultados abrangentes ⁽⁵⁾	(967.447)	(970.266)	(409.767)	(1.011.188)
Resultados abrangentes - combinação negócios ⁽⁶⁾			1.584.779	
Resultado equivalência patrimonial ⁽⁷⁾	1.192.034	743.119	6.328.769	1.098.243
Incorporação controlada - CSN Cimentos			(1.061.005)	
Transferência de ações - Namisa e MRS ⁽⁸⁾	786.800		(6.173.113)	
Trespasse de estabelecimento comercial - Casa de Pedra e Tecar (nota 9.b)			156.723	
Outros	15	(9)		87
Saldo dos investimentos	3.998.227	13.665.453	23.323.565	24.199.129
Saldo de provisão p/ investimentos com			(1.095.086)	(1.088.559)
Total	3.998.227	13.665.453	22.228.479	23.110.570

1. Refere-se ao patrimônio líquido da Namisa de Novembro de 2015 antes dos eventos da combinação de negócios, período no qual a empresa não era consolidada.
2. Em 2015 refere-se principalmente aumento de capital na Prada com capitalização de créditos a receber das controladas indiretas Rimet e CBL no montante de R\$331.869 e aumento de capital na Mineração Nacional com cisão de ativos da Nacional Minérios no montante de R\$59.038 (vide nota 9.b).
3. Em 2015 refere-se principalmente à redução de capital nas empresas Nacional Minérios S.A. e Cia Metalic Nordeste. Em 2014, nas empresas controladas CSN Steel, CSN Americas, CSN Metals, CSN Minerals e CSN Export.
4. Pagamento de dividendos pela Namisa no montante de R\$3.239.040 e declaração de dividendos pela Namisa no valor de R\$694.080, a serem pagos até 30 de novembro de 2016 (vide nota 3);
5. Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda, conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real e ganho/perda atuarial reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
6. Ganho na variação percentual referente a combinação de negócios conforme nota 3.4.
7. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
Nacional Minérios S.A.	1.156.714	673.060
MRS Logística S.A.	78.684	102.476
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	(2.979)	572
Transnordestina	(31.137)	(27.465)
Arvedi Metalferr do Brasil	(15.690)	(5.524)
Outros	6.442	
	1.192.034	743.119
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(50.815)	(45.812)
Para Receita	2.805	50.261
Para Despesa Financeira		(628.629)
Para Impostos	16.324	212.221
Resultado de equivalência ajustado	1.160.348	331.160

8. As ações da Namisa e MRS detidas pela CSN imediatamente antes da transação descrita na nota 3 foram alocadas aos estabelecimentos de Casa de Pedra e do TECAR para posterior aumento de capital na Congonhas Minérios por meio de trespasse de estabelecimento comercial.

9.d) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- SEPETIBA TECON S.A. ("TECON")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A.. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- CIA. METALIC NORDESTE ("Metalic")

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA (“Prada”)

Embalagens

A Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em 1 de agosto de 2014 a Prada subscreveu 10.820.723.155 ações ordinárias em sua controlada Companhia Brasileira de Latas (“CBL”) que foram integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos pela Prada contra a CBL no montante de R\$108.207. Devido a esse aumento, a participação da Prada no capital social da CBL passou de 59,17% para 95,55%.

Em 28 de agosto de 2014 a Prada adquiriu a totalidade das ações de emissão da CBL detidas pelos acionistas minoritários que representavam 4,45% do capital social pelo montante de R\$5 passando a deter 100% de participação no capital social da CBL.

Assim como a Prada, a CBL também atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo seus produtos para as principais empresas do mercado.

Adicionalmente, a empresa Companhia de Embalagens Metálicas MMSA incorporou as empresas Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste no decorrer do ano de 2014.

Em 30 de novembro de 2015, a Prada incorporou a sua controlada Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN CIMENTOS S.A. (“CSN Cimentos”)

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

Conforme divulgado em fato relevante de 9 de abril de 2015, a Administração da CSN propôs a incorporação da controlada CSN Cimentos S.A., com o acervo líquido de R\$1.109.662 na data base de 31 de março de 2015, com objetivo de promover a otimização dos processos e maximização dos resultados, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais e administrativas das duas sociedades. Na AGO realizada em 30 de abril de 2015 foi aprovada a incorporação da CSN Cimentos, com efeitos a partir de 1º de maio de 2015, e como resultado da operação, a CSN Cimentos foi extinta de pleno direito e a CSN assumiu todos seus bens, direitos e obrigações.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“FTL”)

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLSA. Detém a concessão do serviço público de exploração do transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins (“Malha I”)

Em abril de 2015, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$45.071, passando de 88,41% para 89,79% de participação no capital social do FTL.

- CONGONHAS MINÉRIOS S.A. ("CONGONHAS")

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Congonhas tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Conforme mencionado na nota 3, a partir de 30 de novembro de 2015, a Congonhas passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%.

- MINERAÇÃO NACIONAL S.A.

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Mineração Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. Esta controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, transferidos para essa controlada no processo de combinação de negócios descrita na nota 3.

9.e) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

Participação (%)	30/11/2015						31/12/2015						31/12/2014					
	Joint-Venture						Joint-Operation						Joint-Venture					
	Nacional Minérios	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR
	18,64%		50,00%	56,92%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%
Balanço Patrimonial																		
Ativo circulante																		
Caixa e equivalentes de caixa	456.364	671.475	3.343	75.977	36.647	10.621	5.499.139	266.905	925	511.586	31.436	27.253						
Adiantamento a fornecedores	115.693	6.854	289		215	81	250.469	13.994	98		364	337						
Outros ativos circulantes	364.468	657.000	22.726	67.540	17.137	43.358	309.054	532.016	30.164	54.196	15.859	32.146						
Total ativo circulante	936.525	1.335.329	26.358	143.517	53.999	54.060	6.058.662	812.915	31.187	565.782	47.659	59.736						
Ativo não circulante																		
Adiantamento a fornecedores	9.310.901						9.236.170											
Outros ativos não circulantes	136.144	533.897	139	280.718	32.880	13.087	129.504	503.849	86	253.307	32.371	85						
Investimentos, Imobilizado e Intangível	1.399.713	6.191.459	4.689	7.006.464	534.569	34.000	1.431.643	5.867.645	6.083	5.750.208	568.883	63.557						
Total ativo não circulante	10.846.758	6.725.356	4.828	7.287.182	567.449	47.087	10.797.317	6.371.494	6.169	6.003.515	601.254	63.642						
Total do Ativo	11.783.283	8.060.685	31.186	7.430.699	621.448	101.147	16.855.979	7.184.409	37.356	6.569.297	648.913	123.378						
Passivo circulante																		
Empréstimos e financiamentos	4.680	844.296		167.112		10.849	368.818	382.332		187.331		25.520						
Outros passivos circulantes	1.635.993	893.883	28.794	250.440	33.667	55.281	429.345	851.850	27.718	84.594	29.986	52.744						
Total passivo circulante	1.640.673	1.738.179	28.794	417.552	33.667	66.130	798.163	1.234.182	27.718	271.925	29.986	78.264						
Passivo não circulante																		
Empréstimos e Financiamentos	25.307	2.772.462		4.560.078		12.620	29.541	2.657.635		4.223.796		23.443						
Outros passivos não circulantes	230.859	564.407	1.389	220.001	2.170	1.193	243.231	444.379	2.674	3.172		8.551						
Total passivo não circulante	256.166	3.336.869	1.389	4.780.079	2.170	13.813	272.772	3.102.014	2.674	4.226.968		31.994						
Patrimônio líquido	9.886.444	2.985.637	1.003	2.233.068	585.611	21.204	15.785.044	2.848.213	6.964	2.070.404	618.927	13.120						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	11.783.283	8.060.685	31.186	7.430.699	621.448	101.147	16.855.979	7.184.409	37.356	6.569.297	648.913	123.378						
Participação (%)	30/11/2015						01/01/2015 a 31/12/2015						01/01/2014 a 31/12/2014					
	Joint-Venture						Joint-Operation						Joint-Venture					
	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	CBSI	Transnordestina Logística	Itá Energética	CGPAR
	59,76%	18,64%	50,00%	56,92%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%	60,00%	27,27%	50,00%	62,64%	48,75%	50,00%
Demonstrações de Resultados																		
Receita Líquida	751.595	3.172.744	151.097		157.379	172.388	1.474.633	3.063.061	161.372		136.565	278.855						
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(557.504)	(2.094.961)	(147.186)		(88.683)	(132.034)	(1.214.196)	(2.013.846)	(150.411)		(86.751)	(234.944)						
Lucro Bruto	194.091	1.077.783	3.911		68.696	40.354	260.437	1.049.215	10.961		49.814	43.911						
(Despesas) e Receitas Operacionais	(113.533)	(371.798)	(8.615)	(32.863)	(50.455)	(14.480)	(277.648)	(282.736)	(8.934)	(28.459)	(46.182)	(3.572)						
Resultado Financeiro Líquido	1.996.261	(255.003)	(1.254)	(18.309)	2.777	(1.713)	1.651.891	(190.294)	69	(15.383)	2.972	(1.309)						
Lucro antes do IR/CSL	2.076.819	450.982	(5.958)	(51.172)	21.018	24.161	1.634.680	576.185	2.096	(43.828)	6.604	39.030						
IR / CSL correntes e diferidos	(148.964)	(152.994)			(7.041)	(7.992)	(512.913)	(196.792)	(946)		(2.279)	(13.030)						
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	1.927.855	297.988	(5.958)	(51.172)	13.977	16.169	1.121.767	379.393	1.150	(43.828)	4.325	26.000						

(*) Refere-se ao resultado consolidado da Namisa até 30 de novembro de 2015.

- NACIONAL MINÉRIOS S.A. - (“Namisa”)

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos.

Em dezembro de 2015 a Namisa foi incorporada no âmbito da combinação de negócios descrita na nota 3.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - (“ITASA”)

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar em regime de concessão compartilhada, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- MRS LOGÍSTICA S.A. (“MRS”)

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

Em 2014 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Namisa, participação de 6% no capital social da MRS.

A Companhia transferiu 8,63% de sua participação direta na MRS para a Congonhas no âmbito da combinação de negócios descrita na nota 3.

Como resultado, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada Congonhas Minérios, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 37,27%.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande na cidade de Conquista – MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2015 é de R\$27.084 (R\$28.250 em 31 de dezembro de 2014) e o valor da despesa em 2015 é R\$5.040 (R\$5.302 em 2014).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (“CBSI”)

O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

- CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")

O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

No decorrer do ano de 2015 a CSN e demais acionistas subscreveram 3.973.152 ações na TLSA no montante de R\$213.834, sendo R\$3.229 da CSN e R\$210.605 dos demais acionistas, passando a CSN a deter, em 31 de dezembro de 2015 56,92% do capital social da TLSA. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos sócios no capital social da TLSA no ano de 2015, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$2.014 registrado no patrimônio líquido.

9.f) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH ("SWT")

A SWT foi constituída, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC ("CSN LLC")

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

9.f) Outros investimentos

- PANATLÂNTICA S. A. ("Panatlântica")

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 11,38% (11,40% em 31 de dezembro de 2014) do capital social total da Panatlântica.

- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS")

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho, ou TCD, com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na USIMINAS.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

10. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956
Custo	216.458	3.021.437	16.791.750	167.410	2.243.967	414.276
Depreciação acumulada		(588.987)	(6.292.074)	(130.777)		(219.320)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956
Efeito de variação cambial	16.418	51.910	230.588	1.453	5.498	4.833
Aquisições	1.841	9.710	242.656	3.292	1.914.732	10.355
Juros capitalizados (notas 25 e 31)					166.366	
Baixas (nota 24)			(2.507)	(49)	(3.827)	(83)
Depreciação		(103.387)	(1.005.848)	(6.214)		(11.573)
Transferência para outras categorias de ativos	22.623	95.524	880.652	81	(1.270.903)	272.023
Transferências para intangível					(1.852)	
Combinação de negócios, valor justo de ativos adquiridos (nota 3)	6.949	215.642	266.934	3.790	146.734	67.047
Atualização da estimativa ARO						22.582
Outros		(5.723)	(2.879)		(1.329)	3.400
Saldo em 31 de dezembro de 2015	264.289	2.696.126	11.109.272	38.986	3.199.386	563.540
Custo	264.289	3.436.458	18.638.117	183.086	3.199.386	811.535
Depreciação acumulada		(740.332)	(7.528.845)	(144.100)		(247.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	264.289	2.696.126	11.109.272	38.986	3.199.386	563.540

							Controladora
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Custo	110.181	2.003.303	13.877.027	136.041	2.118.097	301.835	18.546.484
Depreciação acumulada		(216.731)	(4.994.957)	(107.005)		(118.497)	(5.437.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Aquisições			203.870	2.030	1.769.120	4.484	1.979.504
Incorporação de controladas	1.400	214.879	175.298	561	13	4.713	396.864
Transferência de ativos Casa Pedra e Tecar	(50.854)	(1.287.945)	(3.332.850)	(9.268)	(1.117.432)	(115.336)	(5.913.685)
Juros capitalizados (notas 25 e 31)					160.777		160.777
Baixas (nota 24)			(91)	(14)	(3.827)	(58)	(3.990)
Depreciação		(57.055)	(782.928)	(4.680)		(10.486)	(855.149)
Transferências para outras categorias de ativos	22.623	218.343	959.632	14	(1.200.871)	259	
Transferência para intangível					(624)		(624)
Outros		(5.723)	(1.281)		(1.926)	2.287	(6.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83.350	869.071	6.103.720	17.679	1.723.327	69.201	8.866.348
Custo	83.350	1.025.848	10.677.122	118.301	1.723.327	159.914	13.787.862
Depreciação acumulada		(156.777)	(4.573.402)	(100.622)		(90.713)	(4.921.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83.350	869.071	6.103.720	17.679	1.723.327	69.201	8.866.348

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

					Consolidado	
	Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão		31/12/2015	31/12/2014
Logística						
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				35.457	45.522
					35.457	45.522
Mineração						
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2016/2017 ⁽¹⁾		709.945	462.075
	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2020 ⁽²⁾		390.920	332.394
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				302.764	60.236
					1.403.629	854.705
Siderurgia						
	Implementação da fábrica de aços longos para a produção de vergalhão e fio máquina.	2008	2016 ⁽³⁾		105.697	95.991
	Implantação de sistema para recuperação da pressão do gás do AF#3.	2006	2015			1.140
	Expansão do centro de serviços/Mogi.	2013	2015/2016 ⁽⁴⁾		14.950	46.993
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				375.579	159.499
					496.226	303.623
Cimentos						
	Construção das fábricas de cimento.	2011	2016 ⁽⁵⁾		1.254.897	1.030.938
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				9.177	9.179
					1.264.074	1.040.117
Total Obras em andamento					3.199.386	2.243.967

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

(3) Refere-se ao adiantamento para construção de duas novas plantas, os quais foram convertidos no 3º ITR de 2015 para contrato de fornecimento de equipamentos para utilização na operação de siderurgia;

(4) Data prevista para conclusão do Centro de Serviços/Mogi;

(5) Data prevista para conclusão da unidade de Arcos/Minas Gerais.

A administração realizou em 2015 a revisão das vidas úteis para todas as unidades da Companhia. Dessa forma, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em anos				
Edificações	43	43	43	42
Máquinas, equipamentos e instalações	18	18	18	18
Móveis e utensílios	11	10	11	11
Outros (*)	14	29	11	13

(*) Em 2015, após revisão, os ativos de locomotivas, vagões e supra estrutura o qual eram depreciados em média em 29 anos, e que antes estavam inseridos em outros foram reclassificados para as classes de Edificações e Máquinas, equipamentos e instalações.

10.a) Despesa de Depreciação e de Amortização:

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Produção	1.112.538	1.222.302	847.725	1.006.971
Despesa Vendas	9.358	9.066	7.484	6.955
Despesa Gerais e Administrativas	13.876	13.763	8.532	8.972
	1.135.772	1.245.131	863.741	1.022.898
Outras operacionais (*)	41.068	36.354		714
	1.176.840	1.281.485	863.741	1.023.612

(*) Refere-se a depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativo intangível, vide nota 23.

10.b) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$166.366 no consolidado e R\$160.777 na controladora em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014, R\$165.789 no consolidado e na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de cimento, mineração e aços longos que referem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG); (ii) expansão da Casa de Pedra; (iii) usina de aços longos em Volta Redonda (RJ), vide notas 25 e 31.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2015	31/12/2014
Projetos não específicos	11,35%	10,03%

11. INTANGÍVEL

	Consolidado						Controladora			
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052		185	943.653	13.091	75.825	88.916
Custo	666.768	415.964	153.080	109.052		185	1.345.049	14.135	110.241	124.376
Amortização acumulada	(150.004)	(68.849)	(73.213)				(292.066)	(1.044)	(34.416)	(35.460)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052		185	943.653	13.091	75.825	88.916
Efeito de variação cambial		104.136	191	34.584		60	138.971			
Aquisições e gastos			1.234		78	150	1.462			
Incorporação controlada - CSN Cimentos									706	706
Transferência de ativos Casa Pedra e Tecar									(18.912)	(18.912)
Combinação de negócios, valor justo de ativos e ágio (nota 3b)	3.691.031	1.531	3.437		726.390		4.422.389			
Transferência do imobilizado			930		922		1.852		624	624
Amortização		(39.395)	(10.423)				(49.818)		(8.592)	(8.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.098.465	413.387	75.236	143.636	727.390	395	5.458.509	13.091	49.651	62.742
Custo	4.357.799	549.413	173.154	143.636	727.390	395	5.951.787	14.135	84.552	98.687
Amortização acumulada	(150.004)	(136.026)	(97.918)				(383.948)	(1.044)	(34.901)	(35.945)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.098.465	413.387	75.236	143.636	727.390	395	5.458.509	13.091	49.651	62.742

O prazo de vida útil estimada para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Software	5	5	5	5
Relações com clientes	13	13		

• Teste para verificação de *impairment*

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC01, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de *impairment*. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Embalagens (*)	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços planos (**)	Siderurgia	13.091	13.091			13.091	13.091
Aços longos (***)	Siderurgia	235.595	235.595	143.636	109.052	379.231	344.647
Mineração (****)	Mineração	3.691.031				3.691.031	
		4.098.465	407.434	143.636	109.052	4.242.101	516.486

(*) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$109.330.

(**) O ágio de aços planos está alocado à operação de siderurgia da CSN, considerando a operação da Usina Presidente Vargas e os demais ativos envolvidos nas demais etapas do processamento do produto até sua venda ao cliente.

(***) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Congonhas Minérios, concluído em Dezembro de 2015. A partir de 2016, o saldo será testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade. Vide mais detalhes referentes ao cálculo do ágio na nota 3 - combinação de negócios.

(****) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

O teste de *impairment* do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados

nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“Capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

Segmento	Taxa de Desconto Real	Taxa de Crescimento das Receitas
Aços Longos (*)	7,90%	3,53%
Embalagens	9,39%	6,07%

(*) Os ativos testados estão localizados na Alemanha. A taxa de desconto é calcula em Euro e a taxa de crescimento representa a expectativa para a região da Europa, mercado em que esta UGC gera fluxos de caixa.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento	1% até 3,5%	207.657	346.719	2.633.137	2.338.327	207.657	76.642	2.633.137	2.323.290
Pré-Pagamento	3,51% até 8%	286.487	12.411	3.429.716	1.713.249	372.474	158.915	9.272.766	6.869.730
Bônus Perpétuos	7%	5.315	3.615	3.904.800	2.656.200				
Fixed Rate Notes	4,14% até 10%	175.768	1.236.634	6.910.992	4.996.352	32.402	1.187.610	4.056.347	1.593.720
Intercompany	Libor 6Maté 3%					1.261.861	73.839	2.137.040	910.983
Forfaiting	1,25% até 3,28%	288.772	414.442			288.772	414.442		
Outros	1,2% até 8%	115.594	51.634	425.635	387.240				
		1.079.593	2.065.455	17.304.280	12.091.368	2.163.166	1.911.448	18.099.290	11.697.723
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	1,3% + TJLP e Fixa 2,5% até 6% + 1,5%	55.435	85.373	1.018.189	965.849	27.847	48.308	928.622	879.681
Debêntures	110,8% até 113,7% CDI	60.670	847.411	1.750.000	1.550.000	60.670	847.411	1.750.000	1.550.000
Pré-Pagamento	109,5% até 116,5% CDI e fixa de 8%	522.418	118.870	5.200.000	5.345.000	473.139	93.087	3.200.000	3.345.000
CCB	112,5% e 113% CDI	92.976	101.841	7.200.000	7.200.499	92.976	101.841	7.200.000	7.200.000
Intercompany	110,79% CDI						148.686		1.759.474
Risco Sacado		84.063	56.237			84.063	56.237		
Outros		6.229	9.422	12.107	11.549		2.258		
		821.791	1.219.154	15.180.296	15.072.897	738.695	1.297.828	13.078.622	14.734.155
Total de Empréstimos e Financiamentos		1.901.384	3.284.609	32.484.576	27.164.265	2.901.861	3.209.276	31.177.912	26.431.878
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(26.703)	(23.406)	(76.742)	(71.410)	(22.788)	(18.362)	(68.895)	(61.966)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		1.874.681	3.261.203	32.407.834	27.092.855	2.879.073	3.190.914	31.109.017	26.369.912

Os saldos de operações de forfaiting e Risco Sacado totalizam R\$372.835 em 31 de dezembro de 2015 (R\$470.679 em 31 de dezembro de 2014), vide nota 2aa.

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$5.929.037 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.302.985 em 31 de dezembro de 2014) e os saldos de *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds* totalizam R\$4.088.749 (R\$2.781.330 em 31 de dezembro de 2014), vide nota 18b.

- Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2015, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2017	1.458.605	4%	3.216.992	10%
2018	5.779.525	18%	4.932.702	16%
2019	7.870.087	24%	5.739.948	18%
2020	8.483.766	26%	5.153.209	17%
2021	2.320.721	7%	3.081.815	10%
Após 2021	2.667.072	8%	9.053.246	29%
Bônus Perpétuos	3.904.800	13%		
	32.484.576	100%	31.177.912	100%

- Repactuação dos Empréstimos**

Em setembro de 2015 a Companhia concluiu o alongamento do prazo de parte de suas dívidas com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$2.570.000, e com o Banco do Brasil S.A., no montante de R\$2.208.000, deslocando os vencimentos previstos para 2016 e 2017 para o período compreendido entre 2018 e 2022, em parcelas igualmente distribuídas.

- Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Reapresentado		Reapresentado
Saldo Inicial	30.354.058	27.788.695	29.560.826	25.291.619
Captações	978.206	1.907.479	2.694.533	3.401.090
Captações <i>forfeiting</i> /risco sacado	924.706	641.430	924.706	641.430
Amortização principal	(2.850.077)	(1.460.478)	(1.542.921)	(1.338.772)
Amortização principal <i>forfeiting</i> /risco sacado	(1.146.306)	(276.754)	(1.146.306)	(276.754)
Pagamentos de encargos	(2.957.762)	(2.401.241)	(2.656.208)	(2.084.300)
Pagamentos encargos <i>forfeiting</i> /risco sacado	(7.064)	(2.078)	(7.064)	(2.078)
Provisão de encargos	3.052.164	2.524.849	2.996.662	2.309.311
Provisão de encargos <i>forfeiting</i> /risco sacado	2.032		2.032	
Outros ⁽¹⁾	5.932.558	1.632.156	3.161.830	1.619.280
Saldo final	34.282.515	30.354.058	33.988.090	29.560.826

1. Incluso juros, variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 2015 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• **Captações**

Operação	Instituição	Data	Montante	Vencimento
Nota Promissória	Banco do Brasil	mar/15	100.000	jul/15
Nota de Crédito Exportação	Banco do Brasil	jan/15	200.000	dez/17
8ª Emissão de Debêntures	Banco do Brasil	jan/15	100.000	jan/22
9ª Emissão de Debêntures	Banco do Brasil	jul/15	100.000	mar/22
Pré - Pagamento Exportação	Caterpillar	abr/15	208.563	mar/20
Pré - Pagamento Exportação	Caterpillar	jul/15	260.375	mar/20
Outros			9.268	
Total			978.206	

• **Amortizações**

Operação	Principal	Encargos
Fixed Rate Notes	1.048.880	729.992
Debêntures	782.500	274.431
Cédula de Crédito Bancário		1.031.735
Nota de Crédito Exportação		695.291
Adiantamento Contrato de Cambio (ACC)	52.839	1.434
Pré - Pagamento Exportação	387.651	191.481
Nota Promissória	100.000	3.620
BNDES/FINAME	48.656	28.540
Pré - Pagamento de dívida	416.269	
Outros	13.282	1.238
Total	2.850.077	2.957.762

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap* cambial e *swap* de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Notas	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	31/12/2015	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	31/12/2014
						Saldos					Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	4			7.861.052		7.861.052			8.686.021		8.686.021
Aplicações financeiras vinculadas	5			763.599		763.599					
Contas a Receber	6			1.500.812		1.500.812			1.650.967		1.650.967
Instrumentos financeiros derivativos	8		118.592			118.592		174.611			174.611
Títulos para negociação	8		10.778			10.778		13.798			13.798
Empréstimos - partes relacionadas	8								517.493		517.493
Total			129.370	10.125.463		10.254.833		188.409	10.854.481		11.042.890
Não Circulante											
Outros títulos a receber	8			6.877		6.877			1.347		1.347
Investimentos	9	471.674				471.674	1.441.032				1.441.032
Aplicações Financeiras									34.874		34.874
Empréstimos - partes relacionadas	8			373.214		373.214			117.357		117.357
Total		471.674		380.091		851.765	1.441.032		153.578		1.594.610
Total Ativo		471.674	129.370	10.505.554		11.106.598	1.441.032	188.409	11.008.059		12.637.500
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				1.901.384	1.901.384				3.284.609	3.284.609
Instrumentos financeiros derivativos	14		26.257			26.257		65			65
Fornecedores					1.293.008	1.293.008				1.167.826	1.167.826
Dividendos e JCP					464.982	464.982				277.097	277.097
Total			26.257		3.659.374	3.685.631		65		4.729.532	4.729.597
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				32.484.576	32.484.576				27.164.265	27.164.265
Instrumentos financeiros derivativos	14							21.301			21.301
Total					32.484.576	32.484.576		21.301		27.164.265	27.185.566
Total Passivo			26.257		36.143.950	36.170.207		21.366		31.893.797	31.915.163

• Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2015			31/12/2014		
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		118.592	118.592		174.611	174.611
Títulos para negociação	10.778		10.778	13.798		13.798
Não Circulante						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Investimentos	471.674		471.674	1.441.032		1.441.032
Total Ativo	482.452	118.592	601.044	1.454.830	174.611	1.629.441
Passivo						
Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		26.257	26.257		65	65
Não Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos					21.301	21.301
Total Passivo		26.257	26.257		21.366	21.366

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas consideradas pela Administração como de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBovespa). De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A política contábil da Companhia requer uma análise trimestral baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que o instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses. Se a Companhia concluir que houve queda significativa no preço do instrumento, uma perda por *impairment* deve ser reconhecida. Em 2012, considerando a cotação das Ações Usiminas na BM&FBovespa, foi registrada a primeira perda por *impairment* dessas ações. De acordo com essa política, sempre que a cotação das ações atingirem um patamar inferior ao do registro do último *impairment*, a Companhia deve registrar novas perdas, redefinindo o novo patamar mínimo de valor das ações.

No ano de 2015 houve queda na cotação das ações em relação ao patamar do último registro de perdas, desta forma, a Companhia reconheceu novas perdas no resultado do exercício no montante R\$555.298 na rubrica outras despesas operacionais e constituiu R\$33.269 de impostos diferidos.

O valor de mercado das ações considerado para os registros trimestrais de *impairment* foram os seguintes:

Classe de Ações	Quantidade	Preço de mercado em Bolsa de Valores (BM&FBovespa)			
		Preço de mercado das ações do último <i>impairment</i> reconhecido em 2014	31/03/2015	30/06/2015	30/09/2015
					31/12/2015
Ordinárias	71.390.300	6,64			4,02
Preferenciais	105.215.700	5,05	4,97	4,12	3,35
	176.606.000				

A variação do saldo contábil da Usiminas é apresentada a seguir:

Clase de Ações	Quantidade	31/12/2014		31/12/2015		Variação Mercado 2015	
		Cotação	Saldo Contábil	Cotação	Saldo Contábil	Cotação	Saldo Contábil
Ordinárias	71.390.300	12,30	878.101	4,02	286.989	(8,28)	(591.112)
Preferenciais	105.215.700	5,05	531.339	1,55	163.084	(3,50)	(368.255)
	176.606.000		1.409.440		450.073		(959.367)

A variação negativa da cotação das ações em 2015 no montante de R\$959.367 foi reconhecida em Outros Resultados Abrangente, compensando o ganho que estava registrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$404.069. Como resultado, uma perda de R\$555.298 foi registrada no resultado na rubrica de outras despesas operacionais, conforme reconciliado abaixo:

Clase de Ações	Quantidade	Cotação da ação base do impairment		Saldo contábil base do impairment		Perda por impairment
		2014	2015	2014	2015	2015
Ordinárias	71.390.300	6,64	4,02	474.032	286.989	(187.043)
Preferenciais	105.215.700	5,05	1,55	531.339	163.084	(368.255)
	176.606.000			1.005.371	450.073	(555.298)

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento quando consideradas significativas (impairment), são registradas no resultado, e as positivas em resultado abrangente até a realização do investimento.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo registrado em resultado abrangente para os investimentos disponíveis para venda, líquido de imposto, é de R\$(73).

III - Gestão de riscos financeiros:

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

13.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros:

- Risco de taxa de câmbio:**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de hedge adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	1.625.202	5.197
Contas a receber	169.511	7.258
Outros Ativos	57	20.743
Total ativo	1.794.770	33.198
Empréstimos e financiamentos	(4.569.415)	(121.989)
Fornecedores	(20.195)	(4.944)
Outros Passivos	(25.005)	(92.363)
Total passivo	(4.614.615)	(219.296)
Exposição cambial natural	(2.819.845)	(186.098)
Nocional de derivativos contratados líquidos	1.435.000	
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.557.667	
Hedge de investimento líquido no exterior		120.000
Exposição cambial líquida	172.822	(66.098)

- Risco de taxa de juros:**

Risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação.

No item 13 b), demonstramos os derivativos e estratégias de hedge para a proteção dos riscos de câmbio e taxas de juros.

13.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e Hedge Accounting:

A CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

- Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Nocional	31/12/2015			Nocional	31/12/2014			Efeito no resultado financeiro em 2015
				Valorização (R\$)		Valor a Receber / (Pagar)		Valorização (R\$)		Valor a Receber / (Pagar)	
				Posição Ativa	Posição Passiva			Posição Ativa	Posição Passiva		
Santander		Dólar					10.000	30.414	(25.068)	5.346	(18)
Total swap cambial dólar x CDI							10.000	30.414	(25.068)	5.346	(18)
Itaú BBA		Dólar					340.000	900.795	(845.425)	55.370	217.734
HSBC		Dólar					568.000	1.502.936	(1.430.394)	72.542	279.400
HSBC		Dólar					10.000	26.416	(26.481)	(65)	65
Deutsche Bank		Dólar					140.000	370.134	(361.327)	8.807	156.387
Goldman Sachs		Dólar					130.000	344.207	(329.258)	14.949	119.669
Santander		Dólar					30.000	79.224	(77.576)	1.648	12.447
Total swap cambial (NDF) dólar x real							1.218.000	3.223.712	(3.070.461)	153.251	785.702
BM&FBovespa	03/03/2016	Dólar	1.435.000	110.075		110.075					25.381
Total Dólar futuro			1.435.000	110.075		110.075					25.381
HSBC		Euro					30.000	98.688	(96.444)	2.244	33.783
Itaú BBA		Euro					60.000	197.366	(192.888)	4.478	5.885
Total swap cambial (NDF) dólar x euro							90.000	296.054	(289.332)	6.722	39.668
BBVA	12/01/2016 a 31/03/2016	Dólar	39.450	154.017	(147.674)	6.343					6.343
BNPP	29/01/2016 a 02/06/2016	Dólar	18.700	73.007	(71.703)	1.304	31.516	83.768	(80.215)	3.553	(2.249)
Banco Novo		Dólar					18.009	47.866	(46.481)	1.385	(1.385)
DB		Dólar					30.604	81.343	(77.054)	4.289	(7.114)
Total swap cambial dólar x euro			58.150	227.024	(219.377)	7.647	80.129	212.977	(203.750)	9.227	(4.405)
Itaú BBA	01/03/2016	Real	150.000	189.760	(200.680)	(10.920)	150.000	168.496	(177.265)	(8.769)	(2.151)
HSBC	05/02/2016 a 01/03/2016	Real	185.000	233.125	(247.710)	(14.585)	185.000	206.843	(218.768)	(11.925)	(2.660)
Deutsche Bank	01/03/2016	Real	10.000	12.579	(13.331)	(752)	10.000	11.167	(11.774)	(607)	(145)
Total swap taxa de juros Pré x CDI			345.000	435.464	(461.721)	(26.257)	345.000	386.506	(407.807)	(21.301)	(4.956)
Itaú BBA	01/03/2016	Real	30.000	33.396	(33.232)	164					164
HSBC	05/02/2016 a 01/03/2016	Real	120.000	133.508	(132.802)	706					706
Total Swap Taxa de Juros CDI x Pré			150.000	166.904	(166.034)	870					870
				939.467	(847.132)	92.335		4.149.663	(3.996.418)	153.245	842.242

Contrato Futuro de taxa de câmbio

Como parte da estratégia de proteção da exposição natural ao dólar, a CSN contrata instrumentos derivativos de câmbio. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantinha em carteira contratos de Futuros de Taxa de Câmbio de Reais para Dólar Comercial negociados na BM&FBovespa que somavam um valor nocional de US\$1,435 bilhões.

Esses contratos consistem na negociação da taxa de câmbio de reais por dólar dos Estados Unidos, para entrega pronta, contratada nos termos da Resolução 1.690/90, do Conselho Monetário Nacional (CMN) em contratos-padrão estabelecidos pela BM&FBovespa. A CSN determina o volume necessário de câmbio a ser comprado de acordo com sua estratégia de gestão cambial e negocia um volume de contratos suficientes para o alcance desse volume financeiro.

O vencimento da carteira ocorre sempre no primeiro dia útil do mês do vencimento do contrato, sendo em média renovável a cada 30 dias. A liquidação do contrato é exclusivamente financeira e ocorre diariamente até o vencimento do contrato (ajuste diário). A posição mantida pela Companhia é ajustada ao final de cada pregão pela diferença do preço de ajuste do dia (D0) frente ao preço do dia anterior (D-1) sendo liquidada no dia subsequente (D+1), conforme regras da BM&F.

Enquanto a Companhia mantiver contratos negociados na BM&FBovespa, é exigido pela câmara de compensação uma margem de garantia para cobrir os compromissos assumidos nesses contratos, que é apenas um percentual do valor total do

contrato futuro. A CSN mantém valores mobiliários atrelados à essa garantia, representados substancialmente por títulos públicos, que serão resgatados após o encerramento da posição. Os valores dessas aplicações estão descritos na nota 5.

Os contratos na BM&FBovespa passaram a ser realizados em substituição aos contratos de Swap Cambial (NDF – *Non Deliverable Forward*) negociados em balcão.

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa pré-fixada, às oscilações da taxa de juros baseadas na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas pré-fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

Swap de taxa de juros (CDI x Pré)

Tem por objetivo atrelar obrigações remuneradas a uma taxa pós-fixada (CDI) à uma taxa fixa. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas atreladas ao CDI, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga uma taxa pré-fixada sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Instrumentos							31/12/2015
	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 25)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI							(18)
Swap (NDF) dólar x real							785.702
Dólar futuro	110.075		110.075				25.381
Swap (NDF) dólar x euro							39.668
Swap dólar x euro	7.647		7.647				(4.405)
Swap Pré x CDI				26.257		26.257	(4.956)
Swap CDI x Pré	870		870				870
	118.592		118.592	26.257		26.257	842.242

Instrumentos							31/12/2014
	Ativo			Passivo			Resultado financeiro líquido (Nota 25)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	5.346		5.346				(12.735)
Swap (NDF) dólar x real	153.316		153.316	65		65	213.602
Swap (NDF) dólar x euro	6.722		6.722				33.397
Swap dólar x euro	9.227		9.227				8.605
Swap Libor x CDI							(943)
Swap Pré x CDI					21.301	21.301	(3.926)
	174.611		174.611	65	21.301	21.366	238.000

- ***Hedge accounting de fluxo de caixa***

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de hedge de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de hedge cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de hedge de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de hedge não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2015, estão designados US\$1.558 milhões em exportações a serem realizadas entre janeiro de 2016 e outubro de 2022.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do hedge está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de hedge, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de hedge em 31 de dezembro de 2015:

31/12/2015							
Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2016 a Setembro 2019	2,4442	500.000	(730.300)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2015 a Fevereiro 2019 ⁽²⁾	2,5601	175.000	(235.556)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio 2020	2,6781	100.000	(122.675)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho 2019 a Março 2021	3,1813	60.000	(43.410)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho 2019 a Março de 2021	3,2850	100.000	(61.980)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,285	30.000	(18.594)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3254	100.000	(57.940)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3557	25.000	(13.728)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3557	70.000	(38.437)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3557	30.000	(16.473)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3815	30.000	(15.699)
01/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	⁽¹⁾	3,3940	(9.000)	4.597
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro 2018 a Outubro 2022	3,3940	355.000	(181.334)
29/10/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	⁽²⁾	2,5601	(8.333)	11.439
Total						1.557.667	(1.520.090)

1. Durante o terceiro trimestre de 2015, revisamos as projeções futuras de exportação e identificamos que o montante de US\$9 milhões designados anteriormente não era altamente provável. De acordo com a política interna, a relação de hedge foi interrompida prospectivamente, uma vez que é possível a retomada das exportações em períodos futuros.
2. No mês de outubro de 2015 foi liquidada a parcela de uma dívida designada como Instrumento de Hedge. Dessa forma, revertemos para a DRE a variação cambial acumulada referente esta parcela.

Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada como segue:

	31/12/2014	Adição	Reversão	31/12/2015
Hedge accounting de fluxo de caixa	120.633	1.410.896	(11.439)	1.520.090
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	(41.015)	(479.705)	3.889	(516.831)
IR/CS não constituídos s/ hedge accounting de fluxo de caixa		357.951		357.951
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos	79.618	1.289.142	(7.550)	1.361.210

Em 31 de dezembro de 2015 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

- Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o hedge de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2015 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	31/12/2015
						Impacto sobre o patrimônio líquido
01/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	(20.148)
Total					120.000	(20.148)

A movimentação dos valores relativos ao hedge de investimento líquido registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada como segue:

	31/12/2014	Adição	Reversão	31/12/2015
Hedge de investimento líquido no exterior		20.148		20.148
Valor justo do hedge de investimento líquido		20.148		20.148

Em 31 de dezembro de 2015 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do hedge foi registrada.

13.c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros.

- Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada**

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2015.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	Cenário Provável	31/12/2015	
			Cenário 1	Cenário 2
USD	3,9048	3,9116	4,8810	5,8572
EUR	4,2504	4,2359	5,3130	6,3756
USD x EUR	1,0887	1,0856	1,3609	1,6331

Juros	31/12/2015		
	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	14,14%	18,87%	22,64%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	31/12/2015		
			Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Dólar futuro	1.435.000	Dólar	9.758	1.400.847	2.801.694
Hedge accounting de exportação	1.557.667	Dólar	10.592	1.520.595	3.041.190
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(2.819.845)	Dólar	(19.175)	(2.752.733)	(5.505.466)
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	172.822	Dólar	1.175	168.709	337.418
Hedge de investimento líquido no exterior	120.000	Euro	(1.740)	127.511	255.022
Posição cambial natural	(186.098)	Euro	2.698	(197.747)	(395.494)
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	(66.098)	Euro	958	(70.236)	(140.472)
Swap cambial dólar x euro	58.150	Dólar	152.522	(10.682)	(17.804)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 0,17% / Real x Euro - valorização do real em 0,34% / Dólar x Euro - valorização do dólar em 0,28%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 02 de março de 2016.

• Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

Instrumentos	Nocional	Risco	31/12/2015		
			Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Swap de taxa de juros Pré x CDI	345.000	CDI	(26.257)	(5.456)	(10.806)
Swap cambial CDI x Pré	150.000	CDI	870	2.208	4.375

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2015 registrados no ativo e passivo da companhia.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2015.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Cenário Provável (*)	Impacto no resultado	
			Cenário 1	Cenário 2
TJLP	7,00	(43.325)	(18.466)	(36.932)
Libor	0,85	(449.052)	(13.775)	(27.550)
CDI	14,14	1.359.986	(446.791)	(893.582)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2015 registrados no ativo e passivo da companhia.

13.d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 12.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2015	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.901.384	7.238.130	18.674.574	6.571.872	34.385.960
Instrumentos financeiros derivativos	26.257				26.257
Fornecedores	1.293.008				1.293.008
Dividendos e JCP	464.982				464.982

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	3.910.115	1.330.685	2.659.815	1.974.031
Fixed Rate Notes	7.086.760	3.915.310	6.232.986	6.267.272

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivos com partes relacionadas (Nota 19 b)	6.798	249.758		9.236.716	110.106	339.613	118.653	9.810.648
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13 I)	26.257	65		21.301				
Fundos exclusivos ⁽¹⁾					25.387			
Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores		152.966				152.966		
Dividendos e JCP a pagar não controladores ⁽²⁾	464.982	124.131			2.262	124.131		
Adiantamento de Clientes	49.505	22.905			40.988	14.932		
Tributos parcelados (Nota 16)	24.237	33.358	87.890	20.728	9.207	23.348	1.476	1.823
Participação sobre lucro - empregados	171.695	120.278			121.423	108.902		
Provisão fretes	105.104	64.349			10.190	14.719		
Provisão reestruturação industrial	122.854				74.382			
Provisões diversas	30.784	21.873			10.289	9.673		
Outras obrigações	70.801	55.426	43.394	36.618	7.465	15.313	6.321	6.041
	1.073.017	845.109	131.284	9.315.363	411.699	803.597	126.450	9.818.512

1. Refere-se a operações com derivativos administrados pelos fundos exclusivos.

2. A Namisa deliberou a distribuição de dividendos no montante de US\$300 milhões, equivalentes a R\$ 1.157 milhões antes de sua incorporação, na proporção da participação acionária da CSN e JKTC imediatamente antes da combinação de negócios, ou seja, 60% e 40% respectivamente. Essa obrigação foi sucedida pela controlada Congonhas após incorporação da Namisa e tem sua liquidação prevista para o último trimestre de 2016.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(380.831)	(528.170)	2.469	(30.470)
Diferido	192.207	679.323	557.443	622.512
	(188.624)	151.153	559.912	592.042

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	1.804.575	(263.420)	1.057.881	(697.260)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(613.556)	89.563	(359.680)	237.068
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	394.518	112.594	2.151.781	373.403
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	829.265	1.772		
Ajuste <i>Transfer Price</i>	(66.447)	(2.350)	(70.083)	(2.350)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(176.795)	(29.259)	34.196	
Limite de endividamento	(54.091)	(13.170)	(54.091)	(13.170)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos ⁽¹⁾	(1.143.365)		(1.133.091)	
Efeito Refis e programa de quitação antecipada	(2.586)	(14.649)	(2.589)	5.566
IR/CS sobre lucros no exterior	72.376		(1.784)	
Valor justo da participação de 60% detida na Namisa	632.030			
Outras exclusões (adições) permanentes	(59.973)	6.652	(4.747)	(8.475)
IR / CSLL no resultado do exercício	(188.624)	151.153	559.912	592.042
Alíquota efetiva	10%	57%	-53%	85%

1. A partir do 3º. Trimestre de 2015 a Companhia deixou de constituir créditos de IR/CS sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Vide detalhes na nota 15(b).

15.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras:

	Saldo Inicial	Movimentação				Consolidado
	31/12/2014	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)	Outros	31/12/2015
Diferido Ativo						
Prejuízos fiscais de imposto de renda	383.185	11.629	(137.563)	6.910		264.161
Bases negativas de contribuição social	75.662		28.188	2.804		106.654
Diferenças temporárias	2.157.211	250.519	599.285		(70.803)	2.936.212
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	226.741		16.401		(12.088)	231.054
- Provisões para passivos ambientais	71.925		18.243		(1.667)	88.501
- Perdas estimadas em ativos	68.981		138		(408)	68.711
- Perdas estimadas em estoques	32.366		(5.007)		(9.475)	17.884
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(6.419)		965			(5.454)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	618.291	140.897	188.801			947.989
- IR/CS não constituídos s/ ativos financeiros disponíveis para venda			(155.533)			(155.533)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	163.627	(68)				163.559
- Provisão para consumos e serviços	68.483		10.481		(29.541)	49.423
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	29.852		20.653		(1.111)	49.394
- Ágio na incorporação	(102.659)	(8.435)	120.305			9.211
- Variações cambiais não realizadas (*)	1.011.007		1.416.919			2.427.926
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)					(224.096)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	41.015	475.816				516.831
- IR/CS não constituídos s/ hedge accounting de fluxo de caixa		(357.951)				(357.951)
- IR/CS diferidos não constituídos sobre resultado			(1.087.695)			(1.087.695)
- Outras	158.097	260	54.614		(16.513)	196.458
Ativo Não Circulante	2.616.058	262.148	489.910	9.714	(70.803)	3.307.027
Diferido Passivo						
Prejuízos fiscais de imposto de renda			(385)			(385)
Bases negativas de contribuição social			(138)			(138)
Diferenças temporárias	238.892	67.652	298.226		(109.396)	495.374
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais			(567)		(14.302)	(14.869)
- Provisões para passivos ambientais			878		(1.667)	(789)
- Perdas estimadas em ativos			(7.743)		(10.698)	(18.441)
- Perdas estimadas em estoques			(439)		(10.725)	(11.164)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)		(504)	(104)			(608)
- Provisão para consumos e serviços			21.102		(64.079)	(42.977)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa			(17)		(1.111)	(1.128)
- Ajuste Fair Value - Aquisição SWT	222.454	63.406	(33.311)			252.549
- Combinação negócios mineração			317.041		19.402	336.443
- IR/CS diferidos não constituídos sobre resultado			614			614
- Outras	16.438	4.750	772		(26.216)	(4.256)
Passivo Não Circulante	238.892	67.652	297.703		(109.396)	494.851

						Controladora	
	Saldo Inicial	Movimentação				Saldo Final	
	31/12/2014	Resultado Abrangente	Resultado	Incorporação	Drop Down	Créditos Tributários (**)	31/12/2015
Diferido Ativo							
Prejuízos fiscais de imposto de renda	219.211		125			6.910	226.246
Bases negativas de contribuição social	75.662		14.565			2.804	93.031
Diferenças temporárias	2.144.056	267.269	542.753	29.042	(73.436)		2.909.684
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	218.645		4.152	6.153	(12.088)		216.862
- Provisões para passivos ambientais	71.925		18.243		(1.667)		88.501
- Perdas estimadas em ativos	62.304		(769)	6.356	(408)		67.483
- Perdas estimadas em estoques	29.939		(6.717)	831	(10.296)		13.757
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(5.037)		646	(1.063)			(5.454)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	594.397	149.404	188.801	15.387			947.989
- IR/CS não constituídos s/ ativos financeiros disponíveis para venda			(155.533)				(155.533)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	163.763			(203)			163.560
- Provisão para consumos e serviços	66.619		10.554	1.408	(29.541)		49.040
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	25.987		3.060	151	(1.111)		28.087
- Variações cambiais não realizadas (*)	1.011.007		1.416.919				2.427.926
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)						(224.096)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	41.015	475.816					516.831
- IR/CS não constituídos s/ hedge accounting de fluxo de caixa		(357.951)					(357.951)
- IR/CS diferidos não constituídos sobre resultado			(977.558)				(977.558)
- Outras	87.588		40.955	22	(18.325)		110.240
Ativo Não Circulante	2.438.929	267.269	557.443	29.042	(73.436)	9.714	3.228.961

(*) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

(**) Reversão de utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL da companhia para liquidação de débitos fiscais, conforme previsto nas Leis nº 12.865/13, 12.996/14 e 13.043/14, por motivo de exclusão de processos fiscais do programa de parcelamento no momento da consolidação dos débitos.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil.

No período de 2011 a 2015 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$4.025.071, que caso as autoridades fiscais entendam que já foram disponibilizados, a tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e contribuição social, se devido fosse, seria de aproximadamente R\$1.356.111. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

- **Lei 12.973/14**

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, trouxe alterações relevantes à legislação tributária que, entre outras, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT). Estas alterações impactam diretamente a determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL. A partir de 2015 a aplicação da norma é obrigatória e a CSN aplicou os preceitos dessa lei.

- **Teste de recuperação do IR/CS Diferidos**

A CSN aprovou em reunião do Conselho de Administração de 06 de novembro de 2015, um estudo para demonstrar a geração de resultados futuros tributáveis com os quais se espera que os créditos atualmente registrados no balanço sejam compensados.

O teste foi realizado considerando-se apenas as projeções da Controladora, uma vez que as demais empresas do grupo não possuem créditos relevantes para fins desse teste. A controladora abrange os seguintes negócios:

- Aços Planos Brasil;
- Aços Longos Brasil;
- Mineração
- Cimentos;
- Investimentos em outras entidades.

O estudo foi preparado com base no modelo financeiro de longo prazo da CSN e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Além disso, o modelo considera uma combinação de cenários de vendas de ativos e eventos de liquidez de forma a atingir um volume específico de recursos para a CSN que permita uma redução da alavancagem e por consequência, a redução das despesas financeiras.

Adicionalmente, foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Essa análise de sensibilidade demonstrou que o consumo dos créditos é sensível a questões exógenas e fora do controle da Companhia.

Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos até 30 de junho de 2015, foi ratificada pelo Conselho de Administração a não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos a partir do 3º trimestre de 2015. Caso fosse constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, o crédito para o segundo semestre seria de R\$1,09 bilhão. Adicionalmente, com base nesse estudo, a realização do saldo contábil remanescente de R\$3.229 milhões nos próximos exercícios segue de acordo com o seguinte calendário:

<i>Em Milhões de Reais</i>	Controladora
2016	686
2017	622
2018	152
2019	192
2020	286
2021	464
2022	576
2023	251
	3.229

15.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	64.489	65.372	65.247	65.247
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	38	(140.859)	19.269	(130.135)
Ganhos atuariais e ativos disponíveis para venda por incorporação			(19.349)	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	158.880	41.015	158.880	41.015
	(202.103)	(459.982)	(201.463)	(449.383)

16. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 14, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Refis Federal Lei 11.941/09 (a)	11.891	9.942	19.247		9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13 (a)	4.830		56.661					
Demais Parcelamentos (b)	7.516	23.416	11.982	20.728	34	14.175	1.476	1.823
	24.237	33.358	87.890	20.728	9.207	23.348	1.476	1.823

16.a) Programa de Recuperação Fiscal (Refis Federal)

- Programa de Parcelamento da Lei Federal 11.941/09**

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

A Companhia indicou para liquidação na modalidade À Vista, débitos que possuem depósito judicial. O grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN sobre estes casos que somam R\$ 9.942.

Informa, outrossim, que a Nacional Minérios S.A. (NAMISA), incorporada pela Congonhas Minérios em 31 de dezembro de 2015, e agora consolidada nestas Demonstrações Financeiras, em 27 de dezembro de 2013 e 25 de novembro de 2014 optou por incluir alguns débitos no programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14, respectivamente.

• **Programa de Parcelamento da Lei Federal 12.865/13**

A NAMISA também optou por incluir no parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13, os débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

16.b) Demais Parcelamentos (Ordinários e Outros)

Algumas empresas do Grupo possuem parcelamentos junto à RFB e a autoridades fiscais estaduais.

17. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fiscais	143.852	129.524	82.472	77.836	82.619	109.173	67.843	67.483
Previdenciárias	70.174	62.277	46.193	46.193	69.293	61.498	46.193	46.193
Trabalhistas	478.611	444.243	165.027	136.396	388.763	377.224	133.686	105.833
Cíveis	128.451	106.143	24.634	17.897	103.087	86.360	13.696	13.588
Ambientais	17.646	3.981	1.697	1.697	12.536	3.978	1.628	1.628
Depósitos Caucionados			8.519	8.785				5.177
	838.734	746.168	328.542	288.804	656.298	638.233	263.046	239.902

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2015 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2014	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2015
Fiscal	129.524	120.673	7.841	(114.186)	143.852
Previdenciário	62.277		7.897		70.174
Trabalhista	444.243	213.543	61.445	(240.620)	478.611
Cível	106.143	34.951	35.372	(48.015)	128.451
Ambiental	3.981	20.401	284	(7.020)	17.646
	746.168	389.568	112.839	(409.841)	838.734

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2014	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2015
Fiscal	109.173	78.645	6.305	(111.504)	82.619
Previdenciário	61.498		7.795		69.293
Trabalhista	377.224	191.422	54.483	(234.366)	388.763
Cível	86.360	28.133	32.368	(43.774)	103.087
Ambiental	3.978	15.294	284	(7.020)	12.536
	638.233	313.494	101.235	(396.664)	656.298

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco

de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) autos de infração de ISS incidente nos contratos de locação; (ii) ICMS declarado e não comprovado o recolhimento; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciária; (iv) Pedidos de compensação de tributos Federais não homologadas por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2015, em 7.541 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$478.611 (R\$ 444.243 em 31 de dezembro de 2014). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes da obtenção de alvarás para encerramento de processos, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões para contingência, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$128.451 em 31 de dezembro de 2015 (R\$106.143 em 31 de dezembro de 2014).

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Para os processos envolvendo a matéria ambiental foi provisionado o montante de R\$17.646 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.981 em 31 de dezembro de 2014).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Justiça Estadual), referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo está classificado com grau de risco de perda provável, entretanto, devido ao fato de não haver ainda um completo diagnóstico/dimensionamento dos riscos e consequentemente do escopo de remediação, a Companhia não possui uma estimativa de custos para referidos pleitos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível.

Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima. Esta nova ação está classificada com grau de risco possível, uma vez que a tendência é de prevalência do processo da Justiça Estadual sobre o processo da Justiça Federal. Quanto ao valor do risco deste novo processo, a observação é a mesma da ação do Ministério Público Estadual.

▪ Outros Processos Administrativos e Judiciais

A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	31/12/2015	31/12/2014
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	7.743.501	7.068.252
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa (*)	2.250.833	
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	1.105.793	
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de Energia Elétrica	785.043	742.727
Parcelamento MP 470 - Suposta insuficiência de prejuízo fiscal e base negativa	587.205	521.340
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI (*)	1.015.355	523.171
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2010	526.047	476.316
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008 (*)	306.136	
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	516.581	446.907
Glosa de créditos - ICMS - Compra de estabelecimento	277.389	257.536
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	252.112	230.261
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	409.323	362.489
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização (*)	541.338	
Auto de Infração- IRRF- Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior (*)	170.835	
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	2.537.626	2.870.796
Processos previdenciários	289.923	299.341
Ação Anulatória proposta pela CSN contra o CADE	70.423	63.463
Outros processos cíveis	763.576	382.641
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.032.678	1.069.663
Processos ambientais	359.046	115.024
	21.540.763	15.429.927

(*) Processos da Namisa que passaram a ser consolidados em função da combinação de negócios descrita na nota 3.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Processos Ambientais

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Durante o ano de 2015, em linha com a política contábil da Companhia de avaliação contínua dos prognósticos de perdas dos processos em andamento, a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou suas contingências ambientais. Como resultado desse trabalho, houve incremento do risco possível em R\$244.022.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram.

18. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Ambiental	262.290	211.544	259.115	211.544
Desativação de ativos	66.641	26.995		21.718
	328.931	238.539	259.115	233.262

18.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2015 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2015 foi de 10,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

18.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Os saldos contábeis referentes à provisão para desativação de ativos foram transferidos para a Congonhas Minérios.

O aumento do saldo do passivo no período deve-se à atualização da estimativa de custo de fechamento das minas de minério de ferro.

Em 2015, a Companhia concluiu o novo relatório de certificação das reservas minerais de ferro nas minas de Casa de Pedra e do Engenho. Este relatório, preparado por empresa especializada, certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro, o que representa um acréscimo de 85% em comparação com as quantidades certificadas na última auditoria realizada em abril de 2007.

Dessa forma, a situação no momento indicou uma necessidade de revisão do passivo, na qual foram atualizadas as premissas para o fechamento de mina, para a finalização das atividades minerárias no futuro e desativação dos ativos vinculados à mina, resultando em um acréscimo no passivo em R\$ 39.646.

19. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

19.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 51,41% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 4,29% no capital votante da CSN.

• Passivo

Empresas	Propostos	Pagos
	Dividendos	Dividendos
Vicunha Aços (*)		282.571
Rio Iaco		23.568
Total em 31/12/2015		306.139
Total em 31/12/2014	152.966	220.349

(*) A CSN passou a ser controlada pela Vicunha Aços a partir de 30 de junho de 2015, tendo em vista a incorporação da Vicunha Siderurgia pela Vicunha Aços naquela data.

A estrutura societária da Vicunha Aços é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A. 60% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

19.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

- Por operação

	Consolidado					
	Circulante		Não-Circulante		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Contas a receber ^(nota 6)	61.366	153.737			61.366	153.737
Dividendos a receber ^(nota 6)	27.817	59.470			27.817	59.470
Ativo Atuarial ^(nota 8)			114.433	97.173	114.433	97.173
Empréstimos ^(nota 8)		517.493	373.214	117.357	373.214	634.850
Outros Créditos ^(nota 8)	9.420	15.780	29.020	7.037	38.440	22.817
	98.603	746.480	516.667	221.567	615.270	968.047
Passivo						
Outras obrigações ^(nota 14)						
Contas a pagar	6.798	2.681		546	6.798	3.227
Adiantamento de clientes		247.077		9.236.170		9.483.247
Fornecedores	67.443	63.165			67.443	63.165
Passivo Atuarial			514.368	587.755	514.368	587.755
	74.241	312.923	514.368	9.824.471	588.609	10.137.394
	31/12/2015	31/12/2014				
Resultado						
Receitas						
Vendas	725.285	1.177.860				
Juros	65.084	50.631				
Despesas						
Compras	(1.103.428)	(1.047.423)				
Juros	(1.333)	(423.621)				
	(314.392)	(242.553)				

• Por empresa

	Consolidado								
	Ativo			Passivo			Resultado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas
Controladas									
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ⁽¹⁾		133.283	133.283					(4.559)	15.887
Outras	14.151		14.151	2.742		2.742			
	14.151	133.283	147.434	2.742		2.742		(4.559)	15.887
Controladas em Conjunto									
OGPAR Construção Pesada S.A.	3.484		3.484	24		24			
Nacional Minérios S.A.							113.563	(198.378)	6.424
MRS Logística S.A.	26.415		26.415	32.284		32.284		(725.710)	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	7.380		7.380	11.015		11.015	48	(166.945)	
Transnordestina Logística S.A. ⁽²⁾		222.727	222.727	26.880		26.880			23.380
	37.279	222.727	260.006	70.203		70.203	113.611	(1.091.033)	29.804
Outras Partes Relacionadas									
CBS Previdência		114.433	114.433		514.368	514.368			
Fundação CSN				126		126		(2.152)	3
Banco Fibra									15.592
Usiminas	182		182				12.289	(1.230)	
Panatlântica	46.991		46.991				597.998		
Ibis Participações e Serviços								(4.324)	
Taquari Participações S.A.								(130)	
	47.173	114.433	161.606	126	514.368	514.494	610.287	(7.836)	15.595
Coligadas									
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.		46.224	46.224	1.170		1.170	1.387		2.465
Total em 31/12/2015	98.603	516.667	615.270	74.241	514.368	588.609	725.285	(1.103.428)	63.751
Total em 31/12/2014	746.480	221.567	968.047	312.923	9.824.471	10.137.394	1.177.860	(1.047.423)	(372.990)

1. Refere-se a empréstimos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. O contrato tem taxa de juros de 102,5% do CDI e vencimento previsto para junho de 2017.
2. Transnordestina Logística S.A: Refere-se principalmente a contratos em R\$: Juros de 108,0% do CDI com vencimento final para junho 2017. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos totalizam R\$222.727 (R\$141.358 em 31 de dezembro de 2014).

• Por operação

						Controladora	
	Circulante		Não-Circulante		Total		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Ativo							
Contas a receber ⁽¹⁾ (nota 6)	1.140.172	969.343			1.140.172	969.343	
Dividendos a receber ^(nota 6)	737.668	67.553			737.668	67.553	
Ativo Atuarial ^(nota 8)			112.660	96.914	112.660	96.914	
Empréstimos ^(nota 8)		106.218	239.930	52.619	239.930	158.837	
Aplicações financeiras / Investimentos ⁽²⁾	1.412.428	252.896	28.078	87.475	1.440.506	340.371	
Fundos exclusivos ^(nota 8)	110.075	144.018			110.075	144.018	
Outros Créditos ⁽³⁾ (nota 8)	32.479	168.035	303.441	329.330	335.920	497.365	
	3.432.822	1.708.063	684.109	566.338	4.116.931	2.274.401	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos							
Pré-pagamento ^(nota 12)	85.987	146.504	5.843.050	5.156.481	5.929.037	5.302.985	
Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds ^(nota 12)	32.402	1.187.610	4.056.347	1.593.720	4.088.749	2.781.330	
Empréstimos Intercompany ^(nota 12)	1.261.861	222.525	2.137.040	2.670.457	3.398.901	2.892.982	
Outras obrigações ^(nota 13)							
Contas a pagar ⁽⁴⁾	110.090	62.536	118.653	574.478	228.743	637.014	
Adiantamento de clientes	16	277.077		9.236.170	16	9.513.247	
Fundos exclusivos ^(nota 14)	25.387				25.387		
Fornecedores	153.559	250.104			153.559	250.104	
Passivo Atuarial			514.367	587.740	514.367	587.740	
	1.669.302	2.146.356	12.669.457	19.819.046	14.338.759	21.965.402	
	31/12/2015	31/12/2014					
Resultado							
Receitas							
Vendas	5.852.639	5.903.875					
Juros	26.073	14.421					
Fundos Exclusivos	812.079	251.834					
Despesas							
Compras	(1.636.308)	(1.646.256)					
Juros	(983.541)	(1.712.508)					
Variações Cambiais Líquidas	(3.780.650)	(1.025.243)					
	290.292	1.786.123					

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, totalizam R\$1.412.428 em 31 de dezembro de 2015 (R\$252.896 em 31 de dezembro de 2014) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, no grupo não circulante, totalizam R\$28.078 (R\$87.475 em 31 de dezembro de 2014).

Passivo: Operações com derivativos no valor de R\$25.387 em 31 de dezembro de 2015.

3. Circulante: Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com as empresas Companhia Metalúrgica Prada, FTL – Ferrovia Transnordestina Logística, e Companhia de Embalagens Metálicas MMSA.
Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente e aquisição de debêntures.

4. Não Circulante: Redução pela baixa do passivo referente a compra da planta de clínquer devido a incorporação da controlada CSN Cimentos no valor de R\$403.431, conforme mencionado na nota 9.

• **Por empresa**

	Controladora										
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas	Total
Controladas											
Cia Metalic Nordeste				1.569		1.569	61.684	(951)			60.733
Companhia Metalúrgica Prada	176.604	121.335	297.939	15.127	198	15.325	966.715	(155.549)			811.166
CSN Cimentos S.A.							62.028	(1.800)	(14.691)		45.537
Estanho de Rondônia S.A.	10.920		10.920	1.242		1.242		(14.991)			(14.991)
Companhia Florestal do Brasil											
Sepetiba Tecon S.A.	10.569	85.066	95.635	13.138		13.138	3.525	(7.385)	224		(3.636)
Mineração Nacional		650	650								
Congonhas Minérios S.A. ⁽¹⁾	737.643		737.643	56.301	5.570	61.871	32.427	(62.155)	(245.700)		(275.428)
CSN Energia S.A.	15.732		15.732	40.880		40.880		(276.363)			(276.363)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	3.125	22.510	25.635		112.887	112.887	59				59
ITA Energética S.A	1.618		1.618								
Companhia Brasileira de Latas	5.404		5.404				70.857	(2.291)			68.566
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ⁽²⁾	682.875		682.875	106.880		106.880	1.195.697	(21.654)		231.220	1.405.263
CSN Europe Lda.				12.343	119.954	132.297			(5.885)	(38.356)	(44.241)
CSN Resources S.A. ⁽³⁾				1.356.268	8.790.433	10.146.701			(581.531)	(3.373.480)	(3.955.011)
CSN Export Europe, S.L.									(1.018)	(4.826)	(5.844)
Lusosider Aços Planos, S.A.	192.871		192.871	195		195	208.580			59.066	267.646
CSN Handel GmbH							2.525.795			163.626	2.689.421
CSN Islands XI Corp. ⁽⁴⁾					1.249.536	1.249.536				(119.037)	(119.037)
CSN Islands XII Corp. ⁽⁵⁾				11.638	1.772.779	1.784.417			(132.447)	(697.296)	(829.743)
CSN Ibéria Lda.					103.733	103.733			(2.269)	(32.673)	(34.942)
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA		44.859	44.859								
Stahlwerk Thüringen GmbH								(37.395)			(37.395)
	1.837.361	274.420	2.111.781	1.615.581	12.155.090	13.770.671	5.127.367	(580.534)	(983.317)	(3.811.756)	(248.240)
Controladas em Conjunto											
CGPAR Construção Pesada S.A.	10.542		10.542								
Nacional Minérios S.A. ⁽⁶⁾							113.563	(198.378)		31.106	(53.709)
MRS Logística S.A.	13.230		13.230	17.332		17.332		(682.615)			(682.615)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	2.013		2.013	10.876		10.876	35	(166.945)			(166.910)
Transnordestina Logística S.A.		222.727	222.727						23.380		23.380
	25.785	222.727	248.512	28.208		28.208	113.598	(1.047.938)	23.380	31.106	(879.854)
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência		112.660	112.660		514.367	514.367					
Fundação CSN				126		126		(2.152)	3		(2.149)
Usiminas	182		182				12.289	(1.230)			11.059
Panatlântica	46.991		46.991				597.998				597.998
Ibis Participações e Serviços								(4.324)			(4.324)
Taquari Participações S.A.								(130)			(130)
	47.173	112.660	159.833	126	514.367	514.493	610.287	(7.836)	3		602.454
Coligadas											
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.		46.224	46.224				1.387		2.465		3.852
Fundos Exclusivos											
Diplic, Mugen, VR1 e BB Steel	1.522.503	28.078	1.550.581	25.387		25.387			812.080		812.080
Total em 31/12/2015	3.432.822	684.109	4.116.931	1.669.302	12.669.457	14.338.759	5.852.639	(1.636.308)	(145.389)	(3.780.650)	290.292
Total em 31/12/2014	1.708.063	566.338	2.274.401	2.146.356	19.819.046	21.965.402	5.903.875	(1.646.256)	(1.446.253)	(1.025.243)	1.786.123

1. Congonhas Minérios: Refere-se principalmente a dividendos declarados pela Namisa, assumido pela Congonhas na incorporação em 31 de dezembro de 2015.
2. Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R\$682.875 em 31 de dezembro de 2015 (R\$415.788 em 31 de dezembro de 2014), referente a operações de vendas de aços para revenda.
3. CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento, *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds*, juros de 9,13% com vencimento final para junho 2047. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos totalizam R\$10.146.701 (R\$7.490.873 em 31 de dezembro de 2014).
4. CSN Islands XI Corp: Contratos em dólar, sem juros com vencimento para agosto 2017. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos totalizam R\$1.249.536.

5. CSN Islands XII Corp: Contratos em dólar: Juros de 7,64% com vencimento final para fevereiro 2025. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos totalizam R\$1.784.417 (R\$1.363.481 em 31 de dezembro de 2014).
6. Namisa: Vendas: Refere-se a serviços de movimentação interna e carregamento de minério.
Compras: Refere-se a serviços portuários de movimentação e embarque de minério.

19.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 27.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

- **Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

- **Ibis Participações e Serviços Ltda.**

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

- **Companhia de Gás do Ceará**

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

19.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2015.

	31/12/2015	31/12/2014
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	47.578	34.861
Benefícios pós-emprego	311	116
	47.889	34.977

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

20.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2015 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

20.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

20.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2015, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	697.719.990	50,29%	51,41%	697.719.990	50,29%	51,34%
Rio Iaco Participações S.A. (**)	58.193.503	4,19%	4,29%	58.193.503	4,19%	4,28%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	20.143.031	1,45%	1,48%	12.788.231	0,92%	0,94%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,63%	0,65%	8.794.890	0,63%	0,65%
NYSE (ADRs)	336.435.464	24,25%	24,79%	342.466.899	24,68%	25,20%
BM&FBovespa	235.846.169	17,00%	17,38%	239.010.634	17,23%	17,59%
	1.357.133.047	97,81%	100,00%	1.358.974.147	97,94%	100,00%
Ações em tesouraria	30.391.000	2,19%		28.549.900	2,06%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) A partir de 30 de junho de 2015 a Vicunha Aços passou a controlar diretamente a CSN em razão da incorporação da Vicunha Siderurgia pela Vicunha Aços naquela data.

(**) A Rio Iaco Participações S. A. é uma empresa do grupo controlador.

20.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Saldo em tesouraria
1º	13/03/2014	70.205.661	De 14/03/2014 a 14/04/2014	R\$ 9,34	R\$ 9,22 e R\$ 9,45	2.350.000		2.350.000
2º	15/04/2014	67.855.661	De 16/04/2014 a 23/05/2014	R\$ 8,97	R\$ 8,70 e R\$ 9,48	9.529.500		11.879.500
3º	23/05/2014	58.326.161	De 26/05/2014 a 25/06/2014	R\$ 9,21	R\$ 8,61 e R\$ 9,72	31.544.500		43.424.000
4º	26/06/2014	26.781.661	De 26/06/2014 a 17/07/2014	R\$ 10,42	R\$ 9,33 e R\$ 11,54	26.781.661		70.205.661
	18/07/2014			Não aplicável	Não aplicável		60.000.000 ⁽¹⁾	10.205.661
5º	18/07/2014	64.205.661	De 18/07/2014 a 18/08/2014	R\$ 11,40	R\$ 11,40	240.400		10.446.061
	19/08/2014			Não aplicável	Não aplicável		10.446.061 ⁽¹⁾	
6º	19/08/2014	63.161.055	De 19/08/2014 a 25/09/2014	R\$ 9,82	R\$ 9,47 e R\$ 10,07	6.791.300		6.791.300
7º	29/09/2014	56.369.755	De 29/09/2014 a 29/12/2014	R\$ 7,49	R\$ 4,48 e R\$ 9,16	21.758.600		28.549.900
8º	30/12/2014	34.611.155	De 31/12/2014 a 31/03/2015	R\$ 5,10	R\$ 4,90 e R\$ 5,39	1.841.100		30.391.000
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015					

(*) Não houve recompra de ações neste programa.

- Em 18 de julho de 2014 e 19 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de, respectivamente, 60.000.000 e 10.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 a posição das ações em tesouraria era a seguinte.

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2015 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
30.391.000	R\$ 238.976	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 121.564

(*) Utilizada a cotação das ações na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$4,00 por ação.

20.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

20.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
	Reapresentado	
	Ações ordinárias	
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.617.793	(105.218)
Média ponderada da quantidade de ações	1.357.150	1.413.697
LPA Básico e Diluído	1,19205	(0,07443)

21. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Em 11 de março de 2015 o Conselho de Administração, aprovou a proposta de pagamento, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015 à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), do montante de R\$275.000 em dividendos, correspondendo R\$0,202633043 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 19 de março de 2015, sem atualização monetária.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para 2015:

<u>Destinação do lucro</u>	
	31/12/2015
	Reapresentado
Lucro do exercício	1.617.793
Reserva legal	(80.890)
Lucro para destinação	1.536.903
Destinação:	
Dividendos deliberados em 11 de março de 2015	(275.000)
Destinado para reserva de lucros a realizar (*)	(109.226)
Transferido para reserva estatutária de capital de giro e investimento	(1.152.677)
<u>No passivo circulante</u>	
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	277.097
Dividendos deliberados em 11 de março de 2015	275.000
Dividendos pagos no exercício	(549.835)
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	2.262
Média ponderada da quantidade de ações	1.357.150
Dividendos deliberados por ação	0,20263

(*) A Administração da Companhia, amparada pelo art. 197 da Lei 6.404/76, está propondo "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária – AGO, reter parte dos dividendos mínimos obrigatórios em conta de Reserva de Lucros a Realizar, visto não existir lucro realizado no exercício de 2015.

A diferença apresentada no lucro do exercício resultante dos ajustes realizados nas demonstrações financeiras 2015, no valor de R\$359.897, foi destinada para a reserva legal, reserva de lucros a realizar e reserva estatutária de capital de giro e investimento, e será considerada apenas para efeitos contábeis e não para outros fins, em especial sob o aspecto societário.

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos e JCP deliberados e pagos:

Exercício	Ano de Deliberação	Dividendos	JCP	Total	Exercício	Ano de Pagamento	Dividendos	JCP	Total
2013	2013	610.000	190.000	800.000	2013	2013	610.503	190.000	800.503
2014	2014	700.000		700.000	2014	2014	424.939		424.939
2015	2015	275.000		275.000		2015	274.917		274.917
					2015	2015	274.918		274.918
Total Deliberado		1.585.000	190.000	1.775.000	Total Pago		1.585.277	190.000	1.775.277

22. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta				
Mercado interno	10.313.874	13.061.229	9.579.626	11.863.547
Mercado externo	7.726.761	6.247.489	4.581.429	4.110.635
	18.040.635	19.308.718	14.161.055	15.974.182
Deduções				
Vendas canceladas e abatimentos	(308.029)	(167.483)	(291.503)	(149.359)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.400.754)	(3.015.003)	(2.151.183)	(2.659.309)
	(2.708.783)	(3.182.486)	(2.442.686)	(2.808.668)
Receita Líquida	15.331.852	16.126.232	11.718.369	13.165.514

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matérias Primas e Insumos	(4.902.546)	(5.125.417)	(3.354.125)	(3.557.893)
Mão de obra	(1.900.260)	(1.716.995)	(1.569.791)	(1.419.068)
Suprimentos	(1.097.814)	(1.097.940)	(1.061.557)	(1.050.580)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.072.437)	(1.072.664)	(1.020.110)	(1.040.357)
Serviços de Terceiros	(3.292.763)	(2.544.553)	(2.018.995)	(1.662.594)
Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 10 a)	(1.135.772)	(1.245.131)	(863.741)	(1.022.898)
Outros	(304.534)	(270.040)	(306.978)	(221.548)
	(13.706.126)	(13.072.740)	(10.195.297)	(9.974.938)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(11.799.758)	(11.592.382)	(9.137.528)	(9.159.454)
Despesas com vendas	(1.436.000)	(1.041.975)	(683.516)	(455.525)
Despesas gerais e administrativas	(470.368)	(438.383)	(374.253)	(359.959)
	(13.706.126)	(13.072.740)	(10.195.297)	(9.974.938)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais				
Indenizações/Ganho processos judiciais	5.189	39.693	4.673	29.958
Aluguéis e arrendamentos	1.150	1.080	1.150	1.080
Reversão de provisões	5.020	20.790	154.812	3.136
Dividendos recebidos	5.794	328	5.700	328
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS	234.287		234.266	
Multas Contratuais	2.200	7.963	2.669	7.942
Ganhos decorrentes da combinação de negócios (nota 3)	3.413.033			
Reversão Passivo Atuarial/ Provisão Ativo Atuarial	8.702	166	8.596	317
Outras receitas	50.507	20.468	4.964	9.604
	3.725.882	90.488	416.830	52.365
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(18.282)	(57.711)	(9.587)	(53.855)
Baixa de depósitos judiciais	(24.145)	(77.892)	(23.164)	(77.209)
Reversão/(Provisão) de passivo ambiental	(41.697)	160.980	(44.280)	160.980
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões	(279.619)	(191.127)	(252.589)	(167.149)
Multas contratuais	(309)	(7.464)	(26)	(6.756)
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (Nota 10 a)	(41.068)	(36.354)		(714)
Valor residual de bens permanentes baixados (nota 10)	(6.466)	(15.232)	(3.990)	(13.474)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques (nota 7)	1.154	(10.396)	15.835	(4.630)
Perdas com sobressalentes	(55.790)	(26.432)	(49.970)	(26.432)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(38.138)	(48.807)	(37.196)	(48.246)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(3.363)	(3.406)	(3.363)	(3.406)
Despesa plano de saúde	(56.838)	(54.319)	(56.838)	(54.319)
Impairment ativos disponíveis para venda	(555.298)	(205.000)	(555.298)	(199.372)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13	(4.801)	(37.308)	(4.801)	(19.853)
Provisão reestruturação industrial	(122.854)		(74.382)	
Outras despesas	(86.817)	(46.659)	(69.918)	(25.937)
	(1.334.331)	(657.127)	(1.169.567)	(540.372)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	2.391.551	(566.639)	(752.737)	(488.007)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 19 b)	65.084	50.631	838.152	266.255
Rendimentos sobre aplicações financeiras	216.971	82.103	56.259	4.008
Ganhos com derivativos	870			
Outros rendimentos (*)	209.062	38.818	19.939	30.289
	491.987	171.552	914.350	300.552
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(938.047)	(718.281)	(204.942)	(117.011)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(2.116.149)	(1.806.568)	(1.824.903)	(1.565.306)
Partes relacionadas (nota 19 b)	(1.333)	(423.621)	(983.541)	(1.712.508)
Juros Capitalizados (notas 10 e 31)	166.366	165.789	160.777	165.789
Perdas com derivativos	(4.956)	(4.869)		(943)
Juros, multas e moras fiscais	(20.560)	(76.704)	894	(40.791)
Efeito líquido reabertura REFIS Lei 11.941/09		(52.036)		(51.624)
Outras despesas financeiras	(210.568)	(187.688)	(172.608)	(166.267)
	(3.125.247)	(3.103.978)	(3.024.323)	(3.488.661)
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	44.412	(109)	679	(22.942)
Variações cambiais líquidas	(1.630.530)	(391.767)	(4.078.374)	(1.287.021)
Variações cambiais com derivativos	846.328	242.869	146.445	
	(739.790)	(149.007)	(3.931.250)	(1.309.963)
Resultado financeiro líquido	(3.373.050)	(3.081.433)	(6.041.223)	(4.498.072)
Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Sw ap dólar x CDI	(18)	(12.735)		
Sw ap (NDF) dólar x real	785.702	213.602		
Dólar futuro	25.381		146.445	
Sw ap (NDF) dólar x euro	39.668	33.397		
Sw ap dólar x euro	(4.405)	8.605		
	846.328	242.869	146.445	
Sw ap Libor x CDI		(943)		(943)
Sw ap Pré x CDI	(4.956)	(3.926)		
Sw ap CDI x Pré	870			
	(4.086)	(4.869)		(943)
	842.242	238.000	146.445	(943)

(*) Refere-se substancialmente a ganho na recompra de títulos de dívida no montante de R\$166.642.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil toneladas por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG com a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG, bem como as operações da Congonhas Minérios S.A., que além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015 a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata formando uma nova empresa que concentrou as atividades de mineração a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, denominada Congonhas Minérios S.A., passou a deter a concessão do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

b) TLISA e FTL

A TLISA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLISA.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de grãos.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna “Despesas corporativas/eliminação”.

Para o fechamento de 2015, após a combinação dos ativos da mineração (Casa de Pedra, Namisa e Tecar), o resultado consolidado passa a considerar a totalidade desta nova empresa.

	31/12/2015							
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.990.299	23.861.003				2.181.731		
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.757.186	175.223	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.226.695)	7.751.745
Mercado externo	4.445.813	3.012.027					122.267	7.580.107
Total receita líquida (nota 22)	11.202.999	3.187.250	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.104.428)	15.331.852
Custo produtos e serviços vendidos	(9.126.889)	(2.323.687)	(141.809)	(788.046)	(195.644)	(330.263)	1.106.580	(11.799.758)
Lucro Bruto	2.076.110	863.563	70.920	368.887	48.905	101.557	2.152	3.532.094
Despesas vendas e administrativas	(955.247)	(69.602)	(20.473)	(89.678)	(23.186)	(72.894)	(675.288)	(1.906.368)
Depreciação (Nota 10 a)	670.496	377.344	12.777	189.361	17.073	46.505	(177.784)	1.135.772
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							489.922	489.922
EBITDA ajustado	1.791.359	1.171.305	63.224	468.570	42.792	75.168	(360.998)	3.251.420
Vendas por área geográfica								
Ásia	16.980	2.836.505					122.267	2.975.752
América do Norte	1.901.989							1.901.989
América Latina	376.458	42.730						419.188
Europa	2.104.944	132.792						2.237.736
Outras	45.442							45.442
Mercado externo	4.445.813	3.012.027					122.267	7.580.107
Mercado interno	6.757.186	175.223	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.226.695)	7.751.745
TOTAL	11.202.999	3.187.250	212.729	1.156.933	244.549	431.820	(1.104.428)	15.331.852

								31/12/2014
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	5.177.453	25.245.424				2.185.044		
Receitas líquidas								
Mercado interno	8.650.413	306.837	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.063.096)	9.966.491
Mercado externo	2.841.271	3.802.566					(484.096)	6.159.741
Total receita líquida (nota 22)	11.491.684	4.109.403	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.547.192)	16.126.232
Custo produtos e serviços vendidos	(8.671.935)	(2.985.930)	(137.634)	(753.394)	(186.750)	(295.264)	1.438.525	(11.592.382)
Lucro Bruto	2.819.749	1.123.473	64.704	351.632	137.731	145.228	(108.667)	4.533.850
Despesas vendas e administrativas	(686.936)	(61.129)	(7.016)	(113.042)	(20.097)	(66.848)	(525.290)	(1.480.358)
Depreciação (Nota 10 a)	802.323	366.808	10.525	168.786	17.095	37.627	(158.033)	1.245.131
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							430.547	430.547
EBITDA ajustado	2.935.136	1.429.152	68.213	407.376	134.729	116.007	(361.443)	4.729.170
Vendas por área geográfica								
Ásia	77.688	3.674.778					(484.096)	3.268.370
América do Norte	713.777							713.777
América Latina	165.238							165.238
Europa	1.868.280	127.788						1.996.068
Outras	16.288							16.288
Mercado externo	2.841.271	3.802.566					(484.096)	6.159.741
Mercado interno	8.650.413	306.837	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.063.096)	9.966.491
TOTAL	11.491.684	4.109.403	202.338	1.105.026	324.481	440.492	(1.547.192)	16.126.232

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto, sendo Namisa 60% no período de janeiro a novembro e Namisa 100% em dezembro.

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1.615.951	(112.267)
Depreciação (nota 10 a)	1.135.772	1.245.131
IR e CSLL (nota 15)	188.624	(151.153)
Resultado financeiro (nota 25)	3.373.050	3.081.433
EBITDA	6.313.397	4.063.144
Outras receitas/(despesas) operacionais (nota 24)	(2.391.551)	566.639
Resultado equivalência patrimonial	(1.160.348)	(331.160)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	489.922	430.547
EBITDA ajustado (*)	3.251.420	4.729.170

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2015 a CBS tinha 33.065 participantes (34.426 em 31 de dezembro de 2014), dos quais 18.430 eram contribuintes ativos (19.279 em 31 de dezembro de 2014), 13.965 eram funcionários aposentados (14.379 em 31 de dezembro de 2014) e 670 eram beneficiários vinculados (768 em 31 de dezembro de 2014). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2015, 12.091 pertencem ao plano de benefício definido, 14.960 ao plano misto, 1.595 ao plano CBSPrev Namisa e 4.419 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2015 a CBS detinha 20.143.031 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2015 (R\$4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido "35% da média salarial" e "Plano de Suplementação da média salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

27.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido. Este plano foi desativado em 16 de outubro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBS Prev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

27.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

27.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão (nota 8 e 14)	114.433	97.173	25.294	11.275
Benefícios de saúde pós-emprego			489.074	576.480
	114.433	97.173	514.368	587.755

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.430.381	2.508.441
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.736)	(2.745.834)
Déficit/(Superávit)	(254.355)	(237.393)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	165.216	151.495
Passivo / (Ativo) Líquido	(89.139)	(85.898)
Passivos	25.294	11.275
Ativos	(114.433)	(97.173)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(89.139)	(85.898)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2015 é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações no início do exercício	2.508.441	2.263.012
Custo do serviço	1.807	10.114
Custo dos juros	293.533	255.573
Benefícios pagos	(235.541)	(209.891)
Perda/(ganho) atuarial	(137.859)	189.633
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.430.381	2.508.441

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2015 é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(2.745.834)	(2.684.783)
Retorno esperado dos ativos do plano	(322.460)	(305.469)
Benefícios pagos	235.830	209.891
Ganhos/(perdas) atuariais	147.728	34.527
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.684.736)	(2.745.834)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Custos de serviços correntes	1.807	10.114
Custos de juros	293.533	255.573
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(322.460)	(305.469)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	18.422	39.733
	(8.698)	(49)
Total dos custos /(receita) não reconhecida (*)	4	117
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(8.702)	(166)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(8.698)	(49)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2015 está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
(Ganhos) e perdas atuariais	9.869	224.160
Restrição devido a limitação de recuperação	(4.208)	(224.099)
	5.661	61
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	5.665	178
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos	(4)	(117)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	5.661	61

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuarial, requerida com base no item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2015
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	(6.298)
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(250.280)
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	118.718
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	147.729
(Ganhos) e perdas atuariais	9.869

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.430.381	2.508.441	2.263.012	2.666.261	2.153.649
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.736)	(2.745.834)	(2.684.783)	(2.923.483)	(2.384.450)
Déficit / (Superávit)	(254.355)	(237.393)	(421.771)	(257.222)	(230.801)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(137.859)	189.633	(439.983)	484.524	141.674
Ajustes de experiência nos ativos do plano	147.728	34.527	(293.159)	456.393	(81.038)

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto nominal	13,43%	12,20%
Taxa de inflação	5,70%	5,70%
Taxa de aumento nominal do salário	6,76%	6,76%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,70%	5,70%
Taxa de retorno dos investimentos	13,43%	12,20%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tabela de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tabelas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)	Plano BD (*)	Plano Milênio (*)
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais				
Masculino	20,45	19,55	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17	23,02	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos				
Masculino	42,69	41,59	42,69	41,59
Feminino	46,29	45,30	46,29	45,30

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício complementar.

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2015		31/12/2014	
Renda Variável	25.801	0,96%	38.167	1,61%
Renda Fixa	2.492.324	92,83%	2.538.297	93,59%
Imóveis	124.306	4,63%	112.900	3,24%
Outros	42.305	1,58%	56.470	1,56%
Total	2.684.736	100,00%	2.745.834	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$29.887 (R\$31.053 em 31 de dezembro de 2014).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2015 foi de R\$ 1.192 (R\$1.637 em 31 de dezembro de 2014).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2015 foi de R\$4.660 (R\$ 1.959 em 31 de dezembro de 2014).

27.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2016.

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$30.498 serão pagas em 2016.

27.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada abaixo:

31/12/2015						
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	55	(69)	(188)	134	(945)	966
Efeito no valor presente das obrigações	(11.786)	12.640	(54.702)	58.756	(28.598)	31.054
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					500	(425)
Efeito no valor presente das obrigações			2	(2)	2.960	(2.516)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	399	(373)	1.521	(1.418)		
Efeito no valor presente das obrigações	3.109	(2.908)	11.903	(11.099)		
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(955)	941	(3.849)	3.752	(434)	432
Efeito no valor presente das obrigações	(7.083)	6.981	(28.686)	27.964	(3.948)	3.878

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamento de benefícios esperados	2015
Ano 1	223.969
Ano 2	240.938
Ano 3	251.011
Ano 4	261.150
Ano 5	271.337
Próximos 5 anos	1.507.452
Total de pagamentos esperados	2.755.857

27.f) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações	489.074	576.480
Passivo	489.074	576.480

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo atuarial no início do exercício	576.480	473.966
Custo do serviço corrente	67.620	53.707
Contribuições da patrimonial vertidas no exercício anterior	(57.525)	(46.191)
Reconhecimento do (ganho)/perda do ano	(97.501)	94.998
Passivo atuarial no final do exercício	489.074	576.480

Para o plano de benefício de saúde – pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$56.838 (R\$54.319 em 31 de dezembro de 2014).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	(97.501)	94.998
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	(97.501)	94.998

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação de benefício definido	489.074	576.480	473.966	547.652	457.377
Déficit/(Superávit)	489.074	576.480	473.966	547.652	457.377
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(97.501)	94.998	(88.159)	77.182	84.575

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tabela de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2015	31/12/2014
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	41,59	41,59
Feminino	45,30	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2015	31/12/2014
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Composição familiar	Composição Real	Composição Real
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	13,43%	12,20%
Inflação	5,70%	5,70%
Aumento nominal dos custos médicos em função da idade	6,23% - 8,87%	6,23% - 8,87%
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos	8,87%	8,87%
Custo médico médio	515,37	417,12

27.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada abaixo:

31/12/2015		
Plano de Assistência Médica		
Hipótese: Taxa de Desconto		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	119	(159)
Efeito no valor presente das obrigações	(16.615)	17.905
Hipótese: Inflação Médica		
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	5.449	(4.750)
Efeito no valor presente das obrigações	40.673	(35.471)
Hipótese: Tábua de Mortalidade		
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(3.084)	3.184
Efeito no valor presente das obrigações	(22.967)	23.708

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	2015
Ano 1	49.755
Ano 2	51.975
Ano 3	54.141
Ano 4	56.219
Ano 5	58.180
Próximos 5 anos	314.470
Total de pagamentos esperados	584.740

28. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.544.600	2.451.682	39.559	38.766	5.991	5.975	2.590.150	2.496.423
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	81.700	140.550			450	142	82.150	140.692
CSN Cimentos (*)						26.423		39.776		66.199
Cia Metalurgica Prada	R\$	Até 10/02/2016 e Indeterminado			333	10.133	19.340	19.340	19.673	29.473
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	2.829			2.829	2.829
Congonhas Minérios	R\$	22/09/2022	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003	1.003					1.003	1.003
Estanho de Rondônia								106		106
Outros (**)	R\$	01/01/2016	12.000						12.000	
Total em R\$			4.639.303	4.593.235	42.721	78.151	25.781	65.339	4.707.805	4.736.725
CSN Islands IX				400.000						400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
CSN Handel				100.000						100.000
Total em US\$			2.950.000	3.450.000					2.950.000	3.450.000
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	25.000	25.000					25.000	25.000
Total em EUR			145.000	145.000					145.000	145.000
Total em R\$			12.135.468	9.631.805					12.135.468	9.631.805
			16.774.771	14.225.040	42.721	78.151	25.781	65.339	16.843.273	14.368.530

(*) Empresa incorporada em maio de 2015.

(**) Garantia corporativa CSN com as controladas Companhia Metalurgica Prada, Cia Metalic Nordeste, Sepetiba Tecon, CSN Energia e Ersas.

29. COMPROMISSOS

29.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período		2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
	2014	2015						
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	263.266	197.646	624.459	595.951	595.951	595.951	3.916.115	6.328.427
Serviços de descarga, armazenagem, movimentação, carregamento e transporte rodoviário	5.570							
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	1.011.416	1.023.465	342.817	32.205	32.205	32.205	64.409	503.841
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço	49.739	104.013	18.743	8.507	8.507	7.074	22.988	65.819
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	40.250	127.776	2.885					2.885
	1.370.241	1.452.900	988.904	636.663	636.663	635.230	4.003.512	6.900.972

29.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2015, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Concessão							
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	8.229	8.229	8.229	8.229	65.832	98.748
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	125.326	125.326	125.326	125.326	3.509.116	4.010.420
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	27.927	27.927	27.927	27.927	181.523	293.231
		161.482	161.482	161.482	161.482	3.756.471	4.402.399

29.c) Projetos e outros compromissos

• Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 55% e esta previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. realizar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços. A implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será

atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal no. 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

30. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2015, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de Setembro de 2015 a 30 de Setembro de 2016. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Congonhas Minérios, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2015, a Companhia incorporou a controlada CSN Cimentos, realizou o *drop down* de ativos de Casa de Pedra, Tecar, investimento na Namisa e MRS. Parte do acervo líquido incorporado, demonstrado na nota 9, não está contemplada na demonstração dos fluxos de caixa.

Adicionalmente, a tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social pagos	134.920	98.040	120.075	20.470
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	166.366	165.789	160.777	165.789
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa	566.413		566.413	
Redução de capital sem efeito caixa			60.038	
Capitalização com adiantamento para futuro aumento de capital	3.229		61.486	
Aumento de capital sem efeito caixa			331.869	
	870.928	263.829	1.300.658	186.259

32. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1.615.951	(112.267)	1.617.793	(105.218)
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	230	2.221	(722)	2.243
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	92.221	(95.175)	93.663	(95.208)
Imposto de renda e contribuição social sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	372	32.360	(118)	32.371
	92.823	(60.594)	92.823	(60.594)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	530.540	28.227	530.540	28.227
Ativos disponíveis para venda	(969.701)	(971.808)	(938.160)	(971.251)
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos disponíveis para venda	174.166	330.415	163.442	330.225
Ativos disponíveis para venda reflexo de investimentos em controladas, líquidos de impostos			(20.817)	3.347
Impairment de ativos disponíveis para venda	555.298	205.000	555.298	199.372
Imposto de renda e contribuição social sobre Impairment de ativos disponíveis para venda	(33.269)	(69.700)	(33.269)	(67.786)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	1.980	(73.754)	1.980	(73.754)
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa	(1.399.457)	(120.633)	(1.399.457)	(120.633)
Imposto de renda e contribuição social sobre (perda)/ganho de hedge de fluxo de caixa	117.865	41.015	117.865	41.015
(Perda)/ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas			(20.148)	
(Perda)/ganho hedge de investimento líquido no exterior	(20.148)			
	(1.042.726)	(631.238)	(1.042.726)	(631.238)
	(949.903)	(691.832)	(949.903)	(691.832)
Resultado Abrangente Total do Exercício	666.048	(804.099)	667.890	(797.050)
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	667.890	(797.050)	667.890	(797.050)
Participação dos acionistas não controladores	(1.842)	(7.049)		
	666.048	(804.099)	667.890	(797.050)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

• Usiminas

Em março de 2016, o Conselho de Administração da Usiminas aprovou um aumento de capital no montante de R\$64.882 por intermédio de emissão de 50.689.310 ações preferenciais. Consequentemente, em 22 de abril de 2016 a Companhia exerceu seu direito de subscrição e integralizou o montante de R\$11.603 por 9.064.856 ações preferenciais.

O Conselho de Administração da Usiminas aprovou em abril de 2016 um aumento de capital de R\$1.000.000 por intermédio de emissão de 200.000.000 ações ordinárias, com prazo de exercício de direitos de preferência que expirava em 23 de maio de 2016. Em 20 de maio de 2016 a Companhia exerceu seu direito preferencial de subscrição integralizando R\$178.832 por 35.766.351 ações ordinárias. Este aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Usiminas em 19 de julho de 2016. A Companhia continua avaliando alternativas para o seu investimento na Usiminas, o que inclui compras adicionais de ações da empresa.

Em 28 de abril de 2016, a CSN elegeu, por dois anos, dois membros fixos e dois suplentes no Conselho de Administração da Usiminas e, por um ano, um membro fixo e um suplente no Comitê Fiscal. A eleição tornou-se possível dada a flexibilização e decisão em caráter excepcional do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em relação ao TCD (Termo de

Compromisso de Desempenho) assinado pela CSN e o CADE em 2014. A decisão do CADE foi aprovada em 27 de abril de 2016.

- **Termo de Ajustamento de Conduta**

Em 12 de abril de 2016 a CSN celebrou com a Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Comissão Estadual de Controle Ambiental do Estado do Rio de Janeiro e com o INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro) um Termo de Ajustamento de Conduta que contempla a resolução de todas as pendências ambientais existentes da UPV (Usina Presidente Vargas), o que garante a continuidade do pleno funcionamento das operações na referida UPV.

Nos termos do acordo, a CSN se comprometeu a investir, até setembro de 2017, o montante de R\$178 milhões em melhorias de processos produtivos, bem como serão pagos ao INEA R\$22 milhões, a serem utilizados em programas ambientais na região de Volta Redonda.

- **Operações Descontinuadas da Metalic**

Em 23 de Agosto de 2016, a Companhia assinou acordo de compra e venda das suas ações da subsidiária Cia. Metalic do Nordeste por US\$98 milhões, sujeito a certos ajustes. O fechamento do negócio depende do cumprimento de certas condições precedentes estabelecidas contratualmente como é comum em transações dessa natureza. A conclusão da venda está prevista para ocorrer durante o quarto trimestre de 2016.

- **Combinação de Negócios da CGPAR**

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia adquiriu os 50% restantes de participação em sua joint-venture CGPAR. Com essa transação, a Companhia adquiriu o controle majoritário da CGPAR.
